

Sumário

Número de notícias: 54 | Número de veículos: 40

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Metas fiscais dependem de aumento da arrecadação 5

O CAFEZINHO - RJ
ANFIP

Isenção de IRPF para até R\$ 5 mil pode dobrar número de beneficiados 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Correio debate o futuro do FCDF 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

TST estabelece critérios para concessão de justiça gratuita 9

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

TST amplia direito à Justiça gratuita 11

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6 12

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Qual justiça social existe com menos renda e mais imposto para o povo com deficiência?
..... 14

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Reajuste para servidores 16

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Rejeição à gestão de Haddad supera avaliação positiva, diz Datafolha 17

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - GERAL
SERVIDOR PÚBLICO

Governo prepara MP para conceder reajuste a servidores partir de janeiro 18

FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Gestão de Haddad é aprovada por 27% dos brasileiros e rejeitada por 34% 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Contagem regressiva para o pacote fiscal - NAS ENTRELINHAS 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto do pecado para refrigerantes 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relatório retoma "imposto do pecado" em refrigerante; saneamento perde desconto 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

| | |
|--|----|
| Câmara inclui refrigerante de novo no Imposto Seletivo | 25 |
| A TRIBUNA - ES - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA | |
| Câmara coloca Imposto do Pecado para refrigerantes | 26 |
| ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA | |
| Congresso tem pauta econômica intensa antes do recesso - MERCADO S/A | 27 |
| JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA | |
| Lula se preocupa com "desidratação" do pacote fiscal | 29 |
| O GLOBO - RJ - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL | |
| Moraes prorroga inquérito das fake news por mais seis meses | 30 |
| O GLOBO - RJ - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA | |
| Em casa, Lula recebe auxiliares e trata de pauta econômica | 31 |
| O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL | |
| Haddad: Lula pediu que medidas não sejam desidratadas | 32 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA REFORMA TRIBUTÁRIA | |
| Dólar segue escalada e supera R\$ 6,09, apesar de intervenção do BC | 33 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA REFORMA TRIBUTÁRIA | |
| Por IVA menor, Câmara retira incentivo ao saneamento | 35 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA | |
| GT da tributária propõe rejeição de benefício para saneamento | 36 |
| DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA | |
| Reforma na pauta - DIÁRIO ECONÔMICO | 38 |
| FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA | |
| Relator faz alterações no texto da reforma | 39 |
| CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA | |
| Análise: contagem regressiva para o pacote fiscal | 40 |
| CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA | |
| Em semana decisiva, pacote de gasto opõe governo e Congresso | 43 |
| FOLHA ONLINE - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA | |
| Lira ignora anistia do 8/1 e foca pauta econômica em última semana na presidência da Câmara | 45 |
| O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA | |
| Câmara vota hoje regulamentação da Reforma Tributária; depois, projeto segue para sanção de Lula | 47 |

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

| | |
|---|----|
| Câmara pode votar projeto de regulamentação da reforma tributária nesta terça-feira | 48 |
| CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS | |
| BC joga pesado, mas dólar não cede: R\$ 6,09 | 49 |
| CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES POLÍTICA E ECONOMIA NO DF TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS | |
| "Não é apenas salário, é investimento" | 52 |
| JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS | |
| A "taxa das blusinhas" | 55 |
| O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS | |
| Ao ameaçar com tarifas, Trump cita Brasil como país que 'taxa demais' | 56 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA | |
| Trump defende tarifas e critica países 'como o Brasil' em coletiva | 57 |
| JORNAL DE BRASÍLIA - DF - MUNDO ECONOMIA | |
| Trump diz que Brasil tarifa demais produtos americanos | 59 |
| O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS | |
| Governo vê dívida chegar a 81,8% do PIB em 2027 | 60 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA | |
| Tesouro prevê dívida bruta a 81,8% do PIB até 2027 | 61 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA | |
| Tesouro prevê dívida em 81,8% do PIB em 2027 | 62 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA | |
| PIB recuou em outubro, vê FGV Ibre | 64 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS | |
| Substituição tributária do IBS e CBS e a Constituição (Artigo) | 65 |
| DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS | |
| AGE recupera R\$ 1,373 bi de impostos sonegados | 67 |
| JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA ECONOMIA | |
| Dólar bate R\$ 6,09 e atinge maior cotação | 68 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA | |
| Mesmo com intervenções do BC, dólar sobe 1% e bate novo recorde | 69 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA | |

| | |
|---|----|
| Projeção para inflação de 2025 sobe pela 9ª vez | 70 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA | |
| Haddad é avisado de que vai precisar atuar na Câmara para manter pacote | 71 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA | |
| Por meta fiscal, governo vai ter de fazer ajuste mais duro em 2025 | 72 |
| O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA | |
| Pacote fiscal: relator quer manter bloqueio de até 15% em emendas | 73 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA | |
| Credibilidade será crucial para o mercado de carbono | 74 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA | |
| Relator propõe busca do centro da meta na LDO | 76 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA | |
| Na renda fixa, BTG sugere o básico para 2025 | 78 |
| DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - GERAL ECONOMIA | |
| PL que limita reajuste do mínimo avança | 79 |
| FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR - OPINIÃO ECONOMIA | |
| Educação financeira: o que esperar e como se planejar para 2025? (Artigo) | 80 |

Metas fiscais dependem de aumento da arrecadação

Um relatório do Tesouro Nacional, vinculado ao Ministério da Fazenda, publicado ontem (16) aponta que o governo irá descumprir as metas fiscais entre 2026 e 2028 se não houver novas medidas de aumento da arrecadação. Além disso, mesmo com novas medidas, as contas também continuariam no vermelho até 2026, durante todo o mandato do presidente Lula. Apesar da elevação da receita líquida para 18,7% do **PIB** em 2024 e 2025, na ausência de novas medidas, a receita líquida se encontra abaixo.

A meta do governo é fechar este ano e o próximo com resultado zero, ou seja, receitas iguais às despesas. Em 2026, a meta seria um superávit de 0,25% do **PIB**. No ano seguinte, de 0,5% do **PIB**. Mas no chamado cenário inicial (que não adota novas medidas a partir de agora), em 2024, o déficit previsto de 0,6% do **PIB**.

"De 2026 a 2028, a perspectiva é de não ser possível cumprir as metas fiscais na ausência de novas medidas de arrecadação", diz o texto. Apesar da resistência do Congresso e de setores da sociedade a medidas para aumentar a arrecadação, relatório do Tesouro Nacional reconhece que podem ser necessárias novas propostas nesse sentido para alcançar as metas fiscais já estabelecidas.

Cortes O cálculo do Tesouro, porém, não considera a aprovação do pacote de contenção de gastos apresentado recentemente, cuja estimativa é de economia de R\$ 71,9 bilhões em 2025 e 2026. No cenário de referência do relatório, o Tesouro considera todas as medidas de receita já incluídas no projeto de lei orçamentária de 2025 para cumprir a meta zero.

No total, são R\$ 168,3 bilhões em medidas de arrecadação, sendo que R\$ 121,5 bilhões em receitas extraordinárias, como os julgamentos do **Carf** e as transações tributárias.

Há também R\$ 46,7 bilhões em receitas condicionadas à aprovação do Congresso. São elas: compensação da desoneração da folha (25,8 bilhões), Imposto de Renda Retido na Fonte sobre a distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP) (R\$ 6 bilhões) e o aumento da alíquota da CSLL (R\$ 14,9 bilhões).

Dívida O Tesouro ainda atualizou as projeções para a dívida bruta e prevê crescimento até 2027, quando o

total do endividamento do País será o equivalente a 81,8% do **PIB**. Depois, o endividamento entraria em trajetória de queda, chegando a 75,6% do **PIB** em 2034. A expectativa é que a dívida termine este ano em 77,7%.

Em 2023, a dívida foi de 74,4% do **PIB**. O Brasil tem uma dívida considerada alta e cara quando comparado a outros países emergentes.

A barreira dos 80% do **PIB** é considerada simbólica pelo mercado.

Site:

<https://edicaoimpresa.folhape.com.br/books/inqf/#p=1>

Isenção de IRPF para até R\$ 5 mil pode dobrar número de beneficiados

Redação

O número de trabalhadores com carteira assinada que não precisam pagar o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) deve dobrar em 2026, quando deverá estar em vigor a faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil, conforme prometido pelo governo federal na "reforma da renda" que deverá tramitar no Congresso Nacional no próximo ano.

A projeção de contribuintes beneficiados é do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), fornecida à Agência Brasil. Segundo a entidade, atualmente 10 milhões de pessoas estão dispensadas do recolhimento do tributo. Com a proposta, a faixa de isenção deverá passar dos atuais R\$ 2.824 (dois salários mínimos) para R\$ 5 mil, assim serão adicionadas mais 10 milhões de pessoas dispensadas da tributação.

A isenção do imposto favorecerá os trabalhadores de menor rendimento e também alcançará assalariados da classe média em outras faixas de rendimento. "Entre os que têm renda mensal entre R\$ 5 mil e R\$ 7,5 mil, também há o impacto positivo da redução das tarifas, e este grupo representa por volta de 16 milhões de pessoas", calcula Mariel Angeli Lopes, supervisora técnica do escritório regional do Dieese no Distrito Federal.

Os dados do Dieese divergem dos números da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil, a Unafisco. Em estudo feito em setembro, a associação estimou alcance maior: 30,6 milhões de contribuintes estariam desobrigados de pagar o IRPF se a tabela de tributação fosse atualizada com a correção integral da **inflação**. Nesse cálculo, o valor limite para ter isenção no recolhimento do imposto seria um pouco maior do que o proposto posteriormente pelo governo, R\$ 5.084,04.

A Unafisco trabalha na atualização dos dados para dezembro, mas prevê ingresso de R\$ 50 bilhões no bolso dos trabalhadores com a liberação do imposto de renda, aumento de consumo e crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**). De acordo com o presidente da associação, Mauro Silva, 65% do **PIB** brasileiro vem do consumo das famílias.

Para ele, a isenção do IRPF acabará por dinamizar a

economia. "Essa faixa de renda tem uma poupança muito pequena. Acaba consumindo tudo que ganha. Essas pessoas vão reformar suas casas e utilizar mais serviços. Vai haver um transbordamento para as famílias de menor poder aquisitivo também".

O economista João Leme, analista de contas públicas da Tendências Consultoria, concorda que haverá aceleração da atividade econômica. "A demanda mais alta acaba pressionando a oferta e faz com que a atividade gire", explica. O especialista, no entanto, teme que o aumento de consumo possa pressionar a **inflação**.

"Algumas casas [de avaliação econômica] já estão olhando aqui o IPCA [índice de Preço ao Consumidor Amplo] de 2024 indo fora da meta, e para o ano que vem também já se vê [a **inflação**] descolando um pouco do centro da meta estabelecida pelo Comitê Monetário Nacional", ressalta o economista. Para ele, eventual ciclo inflacionário poderá forçar "aperto monetário" e aumento da taxa de juros.

Outro temor de João Leme é o impacto da isenção do IRPF nas contas públicas, calculado entre R\$ 35 a R\$ 45 bilhões. Para ele, essas projeções levaram "à deterioração de expectativas, justamente porque o governo falava de um plano de corte de despesas de mais ou menos R\$ 70 bilhões divididos em R\$ 30 bi para 2025 e R\$ 40 bi para 2026."

Sobre os efeitos nas contas públicas, o governo argumenta que a compensação dos recursos não tributados com isenção serão compensados com a ampliação da contribuição efetiva para quem ganha acima de R\$ 50 mil mensais (R\$ 600 mil por ano).

"A nova medida não trará impacto fiscal, ou seja, não aumentará os gastos do governo. Porque quem tem renda superior a R\$ 50 mil por mês pagará um pouco mais", explicou o ministro da Fazenda Fernando Haddad, em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão no dia 27 de novembro.

No pronunciamento, Haddad salientou que a reforma da renda, combinada com a **reforma tributária**, "fará com que grande parte do povo brasileiro não pague nem imposto de renda, nem imposto sobre produtos da cesta básica, inclusive a carne. Corrigindo grande parte da inaceitável injustiça tributária, que

aprofundava a desigualdade social em nosso país."

O economista Ricardo Gonçalves, do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), e doutorando de Economia na Unicamp, salienta que a isenção do IRPF sem a compensação teria efeito concentrador, porque mesmo as pessoas de maior renda teriam um desconto de R\$ 5 mil no pagamento do imposto.

"Toda vez que aumenta a faixa de isenção por si só, sem mudar a tabela progressiva de imposto de renda, gera um efeito concentrador. A minha preocupação é que, além das faixas de 27,5% [hoje alíquota máxima] tivesse outras taxas mais elevadas para as pessoas mais ricas, para ter essa compensação."

A economista Clara Brenk, professora da UFMG e coordenadora da área de política fiscal do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da USP, concorda com a necessidade de combinar a isenção com o aumento da tributação sobre quem tem mais renda. "Isso faz com que a gente tenha uma redução da desigualdade", pondera.

Brenk traçou os distintos perfis econômicos de quem se beneficia com a isenção e quem terá de pagar mais **impostos**. "A gente olhou aqui pelos dados da PNAD [Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar] e mais de 70% dessas pessoas que ganham até R\$ 5 mil são trabalhadores. Ao contrário de quando a gente olha para quem ganha acima de R\$ 50 mil por mês, quase a metade são donos de empresas".

O economista João Leme concorda que a reforma da renda terá "efeito distributivo". "A progressividade tributária não só é uma coisa que é boa por ser moralmente correta, mas também por ser uma determinação da própria Constituição. Ter uma estrutura de tributação progressiva faz com que, de fato, a gente consiga ter um maior bem-estar social. As pessoas que podem mais pagam mais."

O presidente da Unafisco, Mauro Silva, ressalva que um número muito pequeno de pessoas tem renda acima de R\$ 50 mil e terão de pagar mais IRPF. "Se eu for considerar aqueles que hoje declaram como rendimento tributável mais de R\$ 50 mil, aí eu acho que não dá nem 100 mil pessoas", estima.

Fonte: Agência Brasil

Site: <https://www.ocafezinho.com/2024/12/17/isencao-de-irpf-para-ate-r-5-mil-pode-dobrar-numero-de-beneficiados/>

Correio debate o futuro do FCDF

MILA FERREIRA

O Correio Braziliense reunirá representantes do Poder Executivo, do Ministério Público, do setor produtivo, dos servidores e especialistas para discutir o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) - sua importância e as consequências para a capital da República, caso haja redução dos recursos. O evento Entre os Eixos do DF: o Fundo Constitucional do Distrito Federal será no auditório do jornal, amanhã, às 14h30, com transmissão ao vivo pelo YouTube.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), falou ontem ao Correio e garantiu que as negociações com o relator do Projeto de Lei nº 4.614/2024 e seu companheiro de legenda deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL) estão avançadas.

"Está tudo bem encaminhado.

Já conversei com o relator, e estamos apenas esperando a hora certa para fazer o anúncio", adiantou. Segundo o chefe do Executivo, a votação que prevê o corte de gastos, que inclui o FCDF, deve ocorrer até quinta-feira.

O secretário de Economia, Ney Ferraz, que vai participar do debate, ressaltou a importância da realização desse evento em um momento tão decisivo para o Fundo Constitucional. "O recurso é relevante não apenas para o governo do DF, mas também para o financiamento de políticas públicas fundamentais nas áreas de segurança pública, saúde e educação", reitera.

Ney Ferraz avaliou que, em um momento decisivo como esse, o diálogo entre diferentes setores é indispensável para assegurar que sua aplicação continue fortalecendo a governança, a justiça social e a coesão federativa.

José Aparecido Freire, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-DF), alertou para os efeitos sociais. "A mudança proposta no Fundo Constitucional pode impactar negativamente não só as finanças públicas, mas também a qualidade dos serviços e o ambiente de negócios. Envolver a sociedade e o setor produtivo neste debate é importante para dar mais transparência e buscar uma saída pela manutenção dos recursos", opinou o empresário.

Votação Hoje, haverá reunião de líderes partidários

com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Os parlamentares vão falar sobre a pauta de votações da semana e a possível inclusão do PL 4.614/2024.

Sessões ordinárias estão marcadas para hoje e amanhã. Antes do recesso, os deputados precisam votar ainda a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA).

Debatedores Além de Ney Ferraz e José Aparecido, estão previstas as presenças da vice-governadora Celina Leão; do secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar; do procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur; do vice-presidente do TCDF, André Clemente; do diretor da Escola Superior da Advocacia-Geral da União, João Carlos Souto; do presidente eleito da OAB-DF, Paulo Maurício Braz Siqueira; da presidente do Sindepo-DF, delegada Cláudia Alcântara; do ex-secretário da **Receita Federal**, Everardo Maciel; do presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi-DF), Roberto Botelho; e da ex-governadora do DF Maria de Lourdes Abadia.

A mediação será dos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Ana Maria Campos.

O que é o FCDF?

Em vigor desde 2002, o Fundo Constitucional é um recurso repassado anualmente pela União ao DF. É destinado ao custeio e ao pagamento de pessoal nas áreas da saúde, educação e segurança pública. Nessa última, o fundo é utilizado também para investimento.

O valor do recurso é calculado com base na Receita Corrente Líquida (RCL), isto é, quanto maior a arrecadação da União, maior será o valor repassado ao DF. O PL nº 4.614/2024, de autoria do líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), propõe a implementação de um ajuste fiscal com uma série de cortes de gastos. O texto prevê uma mudança de cálculo do FCDF de forma que o valor do recurso passe a ser calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6762/17-12-2024.html?all=1>

TST estabelece critérios para concessão de justiça gratuita

Luiza Calegari

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) fixou ontem critérios para a concessão de justiça gratuita nos processos trabalhistas.

Segundo a tese, aprovada por 18 votos a 6, a mera declaração do trabalhador de que não tem recursos para pagar as custas judiciais é suficiente para concessão do benefício.

A discussão tem como pano de fundo a reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que incluiu na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a previsão de que os juízes poderiam isentar das custas processuais apenas quem recebe salário de até 40% do teto da **Previdência Social** - hoje o equivalente a R\$ 3.114,40.

A tese do TST deu um passo além. Determinou que, independentemente do pedido da parte, o juiz tem o "poder-dever" de conceder a justiça gratuita para quem recebe até esse limite.

Para remunerações mais altas, a declaração firmada pela própria parte de que não pode arcar com as custas do processo sem comprometer seu próprio sustento e o de sua família, a princípio, deve ser considerada verdadeira.

Contudo, diz a tese aprovada, se a parte contrária quiser questionar esse benefício, deve apresentar provas. O juiz, então, deve dar ao trabalhador a oportunidade de se manifestar, e depois decidir com base nos argumentos apresentados pelos dois lados da discussão (processo nº 277- 83.2020.5.09.0084).

O mérito da questão já tinha sido analisado pelo Plenário no mês de outubro. Na ocasião, por 14 votos a 10, os ministros rejeitaram a possibilidade de a previsão da reforma trabalhista valer só para quem ganha salário abaixo do limite determinado no texto da lei, direcionando o ônus da prova para a empresa.

O caso usado como parâmetro pelo TST era o de um trabalhador que processava o Banco do Brasil. Ele pedia o pagamento de indenização por danos materiais, uma vez que verbas deferidas em outra ação trabalhista não tinham sido incluídas no cálculo de complementação de sua aposentadoria.

Nessa ação, foi aplicada a tese do mérito sobre a gratuidade da Justiça e determinado o retorno dos autos do processo à turma responsável pelo julgamento para decidir sobre outras questões recursais. O mesmo procedimento foi adotado em relação a outros dois processos julgados em conjunto (RRAg 20599- 04.2018.5.04.0030 e RRAg 293-88.2022.5.21.0001).

Segundo o advogado Mauro Menezes, do escritório Mauro Menezes Advogados, que representou o trabalhador no TST, a nova tese assegura a previsão constitucional do acesso à Justiça, e "exprime corretamente o teor do julgamento que foi feito a respeito do tema em outubro".

Ele sustenta que as empresas não terão dificuldade para comprovar o poder aquisitivo do funcionário quando for o caso de contestar a concessão. Isso porque elas têm acesso à documentação pertinente ao tema. "Pode dar algum trabalho para provar, mas isso é natural", diz Menezes. "Nenhum bom advogado de empresa terá grande dificuldade, até porque a vida econômica, hoje, é objeto de possível cogitação." Na prática, atualmente, as empresas raramente já contestam esse tipo de pedido e procuram fazer prova de sinais de riqueza do autor, segundo aponta Marcos Fantinato, sócio trabalhista do Machado Meyer. "A partir da nova tese, as empresas deverão ter ainda mais cuidado na exibição das provas", diz.

Ele cita como possíveis meios de prova as postagens em redes sociais, cópia de contrato social em que o autor da ação figura como sócio e o levantamento do valor de negociação de imóveis semelhantes ao imóvel em que reside o autor da ação, por exemplo.

Alexandre Lauria, sócio do Pipek Advogados, afirma que a posição está alinhada com a tradicional jurisprudência do próprio TST, que já tratava a declaração da própria parte como um documento que gerava presunção relativa.

"A grande inovação é a necessidade de instauração de incidente para dirimir a questão, caso haja impugnação, o que contribuirá para maior seriedade nos pedidos de gratuidade por parte de trabalhadores que ganham salários maiores", diz.

Para Marcus Brumano, sócio da área trabalhista do Castro Barros Advogados, a decisão do TST vai ocasionar aumento dos processos judiciais. "O juiz do trabalho poderá adotar como único elemento de convicção a autodeclaração, em benefício próprio, cabendo à parte apresentar prova em sentido contrário", afirma.

Procurado pelo Valor, o Banco do Brasil, que era parte ré no processo julgado pelo TST, informou que não iria comentar a decisão.

O Supremo Tribunal Federal (STF) ainda pode se pronunciar a respeito, em uma ação da Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif). A entidade defende que, para concessão da gratuidade, a parte deve ser obrigada a provar que recebe salário igual ou inferior a 40% do limite da Previdência. Sob relatoria do ministro Edson Fachin, ainda não tem data para ser julgado (ADC 80).

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

TST amplia direito à Justiça gratuita

OTST (Tribunal Superior do Trabalho) ampliou, em julgamento nesta segunda-feira (11), o direito à Justiça gratuita. A tese definida pela corte derruba parte das regras da reforma trabalhista de 2017 e deve elevar ainda mais o número de processos no Judiciário.

O tribunal decidiu que trabalhadores que ganham até 40% do teto da **Previdência Social** não precisam provar que não são capazes de fazer o pagamento. E quem ganha acima desse limite também tem direito à gratuidade, desde que faça uma declaração de pobreza, como era antes da reforma.

Ao aprovar a nova CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), governo e Congresso limitaram o direito à gratuidade judicial como forma de conter o alto litígio trabalhista. Segundo as normas, profissionais que perdiam ação poderiam ser obrigados a pagar custas processuais e honorários dos advogados da empresa, mesmo nos casos em que eram considerados de baixa renda.

Em 2021, o STF (Supremo Tribunal Federal) derrubou o pagamento de custas para trabalhadores que ganham até 40% do teto da **Previdência Social**, conforme determina a reforma, mas não tratou sobre quem ganha mais.

Desde então, os processos trabalhistas, que estavam em queda, vêm subindo. Entre 2017 e 2018, o número de ações na Justiça do Trabalho foi reduzido em 18,7%, de 3,96 milhões para 3,22 mi-

lhões, e se manteve em patamar mais baixo com a pan-demiade Covid-19.

A partir de 2022, no entanto, houve alta. Somente nos dez primeiros meses deste ano, o total de processos teve uma elevação de 15%, saltando de 2,991 milhões em 2023 para 3,450 milhões no mesmo período de 2024.

A elevação no número de processos fez com que o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), propusesse mudanças na forma de fechar acordos entre empregados e empregadores. Desde outubro, a Justiça trabalhista pode homologar acordos entre as partes sem a necessidade de ação judicial.

O TST, no entanto, decidiu julgar, no mesmo mês, um caso sobre o direito à Justiça gratuita nos ritos de recursos repetitivos, que fir-

ma uma tese válida para todas as ações do tipo no país. Para o ministro da corte trabalhista, mesmo quem ganha acima de 40% do teto da Previdência têm direito à gratuidade.

Para isso, basta apresentar a declaração de hipossuficiência, conhecida como "declaração de pobreza", conforme determina lei de 1983. A justificativa é que essa legislação não foi derrubada na reforma e continuaria válida.

Nesta segunda, os ministros aprovaram a tese final, ainda a ser redigida, garantindo o direito a todos os profissionais, cabendo ao juiz garantir a gratuidade para quem ganha até 40% do teto do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e aceitar a declaração de pobreza de quem ganha mais. Caso discorde, a empresa que está sendo processada deve apre-

sentar provas de que o trabalhador teria condições de arcar com as custas caso perca a ação. O advogado Gustavo Ramos, sócio do escritório Mauro Menezes, diz que o direito à gratuidade já estava definido pelo STF, que apenas não determinou o que o trabalhador provaria.

"Sempre foi entendimento histórico da Justiça do Trabalho que a prova é feita mediante declaração de insuficiência de recursos, assim é na Justiça comum e na Justiça Federal. Basta firmar uma declaração, e é presumido que tem validade jurídica", diz.

Para o professor de relações do trabalho da USP (Universidade de São Paulo) José Pastore, as idas e vindas do Judiciário brasileiro, especialmente o trabalhista, tem consequências econômicas, prejudicando o ambiente de negócios.

Estudo feito por ele a ser lançado em 2025 afirma que "a imprevisibilidade das decisões judiciais é um obstáculo de crescimento econômico".

Site:

<https://doi.com.br/digital/Page?editionId=3011#book/>

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6

Agência Brasil

A Caixa Econômica Federal paga nesta terça-feira (16) a parcela de dezembro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 6.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 678,36. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês, o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,81 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,07 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até 6 meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Moradores do Rio Grande do Sul, afetados por enchentes de abril a junho, e de mais quatro estados (Amazonas, Paraná, Rondônia e São Paulo) receberam o pagamento do Bolsa Família de forma unificada no último dia 10, independentemente do número do NIS. O pagamento unificado beneficiou 59 municípios do Amazonas e 52 de Rondônia afetados pela estiagem e pela vazante dos rios, sete municípios do Paraná e 21 municípios de São Paulo afetados por fortes chuvas.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema

(reprodução dos peixes).

Regra de proteção

Cerca de 2,74 milhões de famílias estão na regra de proteção em dezembro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,33.

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 280 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Em compensação, outras 200 mil de famílias foram incluídas no programa em dezembro. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta terça-feira às famílias que estão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) com NIS final 6. O valor ficou em R\$ 104 neste mês. Por causa de um atraso na liberação do auxílio, os beneficiários com NIS 1 e 2 receberam na última quinta-feira (12). Os beneficiários de NIS 3 em diante estão recebendo conforme o calendário de liberação do Bolsa Família.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,5 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do

preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-12/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-6>

Qual justiça social existe com menos renda e mais imposto para o povo com deficiência?

Ouçã o comentário completo no Podcast

As movimentações do governo federal e do Congresso Nacional para aprovação dos projetos de lei da **reforma tributária** e do corte de gastos mostram que os direitos das pessoas com deficiência, embora garantidos em lei, inclusive na Constituição, são facilmente moldados aos interesses políticos do Legislativo e do Executivo.

Nas propostas para isenções na compra de carro novo e para as regras mais apertadas do Benefício de Prestação Continuada (BPC), se é realmente voltado ao social, nesses dois projetos, o governo foi um verdadeiro amigo da onça para a população com deficiência.

Houve muita articulação e pressão da Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência (ANAPcD) para que os projetos fossem modificados e, na avaliação do presidente da entidade, Abrão Dib, as conquistas obtidas são resultado desse trabalho durante meses em Brasília.

Conseguimos a apresentação de 14 emendas para a **reforma tributária**, sendo 13 acatadas parcialmente ou na íntegra, diz Abrão Dib. Temos muitas vitórias, como a retirada da exigência de adaptação externa para os veículos, redução do período para a troca do carro de quatro para três anos, elevação de R\$ 120 mil para R\$ 200 mil no teto do preço do automóvel com isenção proporcional de ICMS e isenção total de PIS e COFINS para essa diferença (embora o teto de R\$ 70 para isenção total de ICMS, travado há 15 anos, tenha permanecido), além de valores reajustados anualmente de acordo com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), detalha o presidente da ANAPcD.

A associação também conseguiu defender em encontro com o relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que as mudanças feitas pelo Senado, no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência, são positivas e precisam ser mantidas

BPC e o corte de gastos - Se há algum erro na concessão do Benefício de Prestação Continuada, está na própria estrutura do governo, e a ANAPcD não aceita que o BPC de milhares de pessoas com

deficiência seja cortado durante algum tipo de pente fino, por tempo indeterminado, e depois seja exigido que essa pessoa com deficiência vá presencialmente ao **INSS** (Instituto Nacional de Seguro Social) para reaver o benefício. Muita gente vai morrer antes de recuperar essa renda, ressalta Abrão Dib.

A associação levou à Câmara um sugestão de alteração que, segundo Abrão Dib, resultou na emenda de autoria de Daniela Reinehr (PL-SC), coautoria de Marco Feliciano (PL-SP), General Girão (PL-CE), José Medeiros (PL-RN) e Maria Rosas (Republicanos-RJ), além de subscrição de Paulo Bilynskyj (PL-SP), Sostenes Cavalcante (PL-AL), Adilson Barroso (PL-MG), Professor Alcides (PL-GO), Bibó Nunes (PL-RS), Evair Vieira de Melo (PP-ES) e Sílvia Waiápi (PL-AP).

O grupo defende as seguintes atualizações:

Dê-se aos artigos 1º e 6º do projeto de lei em epígrafe a seguinte redação:

Art. 1º - O cadastro biométrico poderá ser utilizado como ferramenta complementar para a gestão dos benefícios sociais, devendo ser oferecidas alternativas acessíveis, como atendimentos remotos, domiciliares ou itinerantes, para garantir a universalidade de acesso.

Art. 6º - A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 20, § 2º - Para fins de concessão administrativa ou judicial do benefício de que trata o caput, a pessoa com deficiência é aquela que enfrenta barreiras de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que limitam sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme definido pela Lei nº 13.146/2015. O registro do código da Classificação Internacional de Doenças (CID) será exigido, considerando-se critérios biopsicossociais na avaliação da deficiência.

§ 3º-B - Bens improdutivos ou de baixo valor econômico, assim como patrimônios que não gerem renda efetiva, não serão considerados no cálculo de renda familiar para a elegibilidade ao benefício.

§ 3º-C - O Poder Executivo deverá assegurar

alternativas acessíveis de atualização cadastral para famílias em regiões de difícil acesso ou em áreas com infraestrutura inadequada, incluindo atendimentos itinerantes ou domiciliares .

Precisaríamos de 103 assinaturas de deputados federais em apoio e já temos 110 assinaturas. Não vamos aceitar esse endurecimento no BPC , completa o presidente da ANAPcD.

Ainda sobre movimentos em defesa das pessoas com deficiência que recebem o BPC, a Coalizão Nacional Inclusiva pelo Autismo (CONIA), formada por seis entidades nacionais de defesa dos direitos das pessoas autistas (Associação Brasileira de Autismo, Movimento Orgulho Autista Brasil, Onda Autismo, FENAPAES, FENAPESTALOZZI e UMANAS), também está em Brasília, tem feito reuniões e articulações, inclusive nos ministérios da Saúde, da Educação e da Assistência Social, com lideranças de partidos solicitando a retirada dos pontos do projeto do corte de gastos que tratam do BPC, apoia a sugestão de emenda feita pela ANAPcD, tem enviado ofícios, mobilizado as redes sociais e dialoga com parlamentares do Congresso Nacional.

Temos duas conselheiras da Abra em Brasília, mais a Fenapestslozzi e o MOAB. São senhoras muito aguerridas e estão a postos para mobilização local , diz a advogada Flávia Marçal, integrante da coalização. Precisa haver concessão quando ao número de benefícios por residência e sobre a renda das famílias, mas ainda existe divergência em relação entre o relator e o autor do PL sobre o conceito da pessoa com deficiência. Para a coalização, e o conceito biopsicossocial, previsto na Lei Brasileira de Inclusão , afirma Flávia Marçal.

Nesta segunda-feira, 16, a Reunião Ampliada do Conselho de Participação Social da Presidência da República, encontro online na noite desta segunda-feira, 16, foi invadida por pessoas com deficiência, que usaram a área de comentários para pedir mudanças no PL 4614/2024, do corte de gastos, que restringem o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). O evento teve presença de integrantes do Ministério da Fazenda e, oficialmente, há membros de entidades de pessoas com deficiência entre os conselheiros.

O grupo invasor usou o chat para alertar a respeito dos prejuízos com o aperto das regras do BPC proposto pelo governo.

Foi unânime, todos pediram que não haja nenhum ataque ao BPC , relatou com exclusividade a Vencer Limites um dos invasores .

existe-com-menos-renda-e-mais-imposto-para-o-povo-com-deficiencia,241a7e12a663928eb4fcb1faf4caa83fzknk8k04b.html

Site: <https://www.terra.com.br/nos/qual-justica-social->

Reajuste para servidores

O governo Lula está finalizando uma medida provisória (MP) para conceder reajuste aos **servidores públicos** em janeiro. O texto foi elaborado pelo Ministério da Gestão e Inovação, de Esther Dwe-ck, e agora está na Casa Civil. Cada categoria terá um diferente percentual de aumento.

A medida passa a valer a partir do momento que for assinada pelo presidente, não precisando tramitar pelo Congresso. Para o pagamento valer em janeiro, além da edição da MP, os parlamentares têm de aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ainda neste ano - a expectativa é de votar na quinta-feira (19).

Ao todo, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) assinou acordo com 45 categorias. Além disso, o funcionalismo público teve novo reajuste do auxílio-refeição, que chegou a R\$ 1.000 neste ano. O governo tem 1,2 milhão de servidores.

A medida provisória vai conceder o reajuste para 2025 e 2026. Os servidores tiveram aumento de 9% no primeiro ano do governo Lula 3, mas só tiveram reajustes nos benefícios este ano. Como mostrou o jornal Folha de S.Paulo, cálculos de agosto davam conta que o reajuste custaria R\$ 16 bilhões aos cofres públicos. (Da Folhapress).

Site:

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrazil/>

Rejeição à gestão de Haddad supera avaliação positiva, diz Datafolha

LUIS FELIPE AZEVEDO

A gestão econômica do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), é considerada ótima ou boa por 27% dos brasileiros, enquanto 34% avaliam seu trabalho como ruim ou péssimo. E o que aponta uma nova pesquisa Datafolha divulgada ontem. Para outros 34% dos entrevistados, a atuação do ministro de Lula é regular.

O levantamento foi feito entre 12 e 13 de dezembro, cerca de duas semanas após o anúncio do pacote de corte de gastos defendido pelo governo e anunciado por Haddad em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV. A estimativa é de uma economia de R\$ 70 bilhões nas contas públicas em dois anos.

A percepção sobre o trabalho do ministro ocorre em meio à alta do dólar, que ultrapassou a cotação de R\$ 6 pela primeira vez, e das expectativas de **inflação**. Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou a taxa básica de juros, a Selic, de 11,25% para 12,25% ao ano.

O Datafolha mostra que a maioria dos brasileiros não ficou sabendo das medidas para redução de gastos (59%), enquanto mais da metade da população (53%) ouviu falar da proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês e de uma nova alíquota para quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês pagar mais. Os dois pontos integram o pacote fiscal enviado ao Congresso.

O Datafolha entrevistou 2.002 brasileiros em 113 municípios. A margem de erro do levantamento é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

INFORMAÇÃO E REJEIÇÃO

No grupo que ficou sabendo das propostas para cortar gastos, são apenas 16% os que se dizem bem informados. Já entre os que tomaram conhecimento da medida de isenção do Imposto de Renda, 23% indicaram estar bem informados sobre o tema.

A avaliação negativa da atuação de Haddad é maior no segmento da população que soube do pacote de corte de gastos, segundo o instituto. Para 42%, a gestão é ruim ou péssima, enquanto a percepção

positiva é semelhante ao do quadro geral da população, se considerada a margem de erro. São 29% os que a classificam como ótima ou boa.

A defesa do pacote varia a depender do item. O Datafolha mostra que 89% dos entrevistados que souberam das propostas de contenção de gastos afirmam ser a favor da adoção de medidas para reforçar a fiscalização e evitar fraudes em programas do governo federal, como o Bolsa Família, e no Benefício de Prestação Continuada, o BPC. Há maioria (73%) favorável a fixar a aposentadoria de militares na idade mínima de 55 anos.

Quando a proposta é proibir que funcionários públicos recebam salários acima de R\$ 44 mil por mês, o apoio fica em 54%, ante 42% de rejeição. A proibição de que pessoas que tenham direito a pensões de militares repassem esse benefício para outros parentes indefinidamente também gera divisão (49% a favor e 47% contra). A maioria, porém, é contra limitar o aumento real do salário mínimo (61%).

Já a proposta para ampliar a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais é bem recebida pelos brasileiros. São 70% os que se dizem a favor da mudança, enquanto 26% se declararam contra. Já o apoio a imposto maior para quem tem renda mensal acima de R\$ 50 mil teve aval de 77% da população.

O Datafolha incluiu uma pergunta sobre a dimensão e qualidade dos gastos públicos na atual gestão. Para 45%, há dinheiro suficiente, mas ele é mal aplicado. Outros 35% defenderam que não há dinheiro suficiente e que o pouco recurso é mal aplicado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo prepara MP para conceder reajuste a servidores partir de janeiro

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está finalizando uma MP (medida provisória) para conceder reajuste aos **servidores públicos** em janeiro.

O texto foi elaborado pelo Ministério da Gestão e Inovação, de Esther Dweck, e agora está na Casa Civil. Cada categoria terá um diferente porcentual de aumento.

A medida provisória passa a valer a partir do momento que for assinada pelo presidente, não precisando tramitar pelo Congresso. Para o pagamento valer em janeiro, além da edição da MP, os parlamentares têm de aprovar a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) neste ano ainda -a expectativa é de votar na quinta-feira (19). Nesta segunda-feira (16),

o presidente estava em sua casa em São Paulo, descansando após internação hospitalar devido a cirurgia de emergência na semana passada.

Lula pode assinar eletronicamente o documento, em despacho na sua casa, mas não há data para a publicação da MP.

Ao todo, o MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) assinou acordo com 45 categorias. Além disso, o funcionalismo público teve novo reajuste do auxílio-refeição, que chegou a R\$ 1.000 neste ano.

O governo tem 1,2 milhão de servidores. O último acordo coletivo feito pelo governo com o funcionalismo foi em 2015, durante governo de Dilma Rousseff (PT).

A medida provisória vai conceder o reajuste para 2025 e 2026. Os servidores tiveram aumento de 9% no primeiro ano do governo Lula 3, mas só tiveram reajustes nos benefícios este ano.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, cálculos de agosto davam conta que o reajuste custaria R\$ 16 bilhões aos cofres públicos. A folha de salários dos servidores do Executivo federal representava 2,68% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2022.

O percentual caiu para 2,61%, em 2023. Em 2024, a projeção é de uma nova queda, para 2,48% do **PIB**. Em 2025, voltará a subir.

A estimativa que constará no orçamento é de 2,59% do **PIB**.

Mesmo com o impacto dos reajustes, o valor é ainda menor do que no último ano do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), de acordo com técnicos do MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos).

No governo Bolsonaro, os servidores ficaram sem reajustes, o que acabou gerando pressão por parte do funcionalismo e uma onda de movimentos grevistas ao longo deste ano.

Site:

<https://doi.com.br/digital/Page?editionId=3011#book/>

Gestão de Haddad é aprovada por 27% dos brasileiros e rejeitada por 34%

São Paulo - O Datafolha identifica que uma parcela maior dos brasileiros não tem uma boa avaliação da gestão econômica do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo a pesquisa, 34% consideram a sua gestão à frente da pasta regular e outros 34% a avaliam como ruim ou péssima. São 27% os que afirmam que a atuação de Haddad é ótima ou boa, e 5% não sabem.

O levantamento foi feito nos dias 12 e 13 de dezembro, cerca de duas semanas após a apresentação do pacote de corte de gastos, que foi mal recebido por economistas. O conjunto das propostas foi considerado insuficiente para corrigir a trajetória de aumento da dívida.

Em reação, a cotação do dólar superou os R\$ 6 pela primeira vez na história. Os juros futuros subiram. A taxa para janeiro de 2027, por exemplo, já passou de 15%. A Selic, taxa básica da economia, foi elevada em um ponto percentual, para 12,25%, a fim de conter a **inflação** e compensar, em parte, o que se percebe como um ajuste das contas públicas insuficiente para contar a dívida.

A pesquisa considerou 2.002 entrevistas realizadas em 113 municípios distribuídos pelo Brasil. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

O Datafolha mostra que a população em geral deu menos atenção ao anúncio de corte de gastos. A maioria, 59%, respondeu nem ter tomado conhecimento das medidas, ante 41% que declararam ter acompanhado o anúncio. Nesse grupo, 20% disseram estar mais ou menos informados sobre o pacote, enquanto 16% se declararam bem informados, e 5%, mal informados.

As percepções em relação a Haddad variam quando se considera o conhecimento em relação ao pacote.

Entre os que não tomaram conhecimento das medidas, 39% responderam que consideram a gestão regular, e outros 28%, ruim e péssima. A parcela que avalia ser ótima ou boa é de 22%, e 7% não sabem.

Entre o que declararam ter conhecimento sobre as medidas, o número de críticos, na média, é mais expressivo. Para 42%, a gestão é ruim ou péssima,

para 27%, regular, enquanto 29% afirmaram ser ótima ou boa.

No segmento dos que se consideram informados sobre o teor das medidas, há quase polarização entre os bem informados, com 41% considerando que Haddad faz um gestão ruim ou péssima e outros 39% avaliando como ótima ou boa.

Entre os que tomaram conhecimento das medidas de corte de gastos, alguns pontos são mais consensuais.

Segundo a pesquisa, 89% se declararam a favor da adoção de medidas para reforçar a fiscalização de acesso ao Bolsa Família e ao BPC (Benefício de Prestação Continuada) para evitar fraudes, enquanto 9% foram contra. Fixar a idade mínima de 55 anos para os militares se aposentarem (hoje não há idade mínima) contou com apoio de 73%, enquanto 23% disseram ser contra.

Há temas mais polarizados. Proibir que pessoas com direito a pensões de militares possam repassar indefinidamente esse benefício para outros parentes divide opiniões: 49% afirmaram ser a favor, e 47%, contra. A pesquisa também identificou que 54% concordam que é preciso proibir que funcionários públicos recebam salários acima de R\$ 44 mil por mês, enquanto 42% são contra.

O reajuste do salário mínimo permanece como tema sensível: 61% se declararam contra limitar o aumento real do benefício, enquanto 36%, a favor. Uma série de benefícios sociais estão atrelados ao mínimo, e a sua gestão é considerada desafiadora diante do ganho real desse piso.

Site: <https://www.folhadelondrina.com.br/digital>

Contagem regressiva para o pacote fiscal - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

O Congresso tem até a sexta-feira para aprovar todas as matérias econômicas pendentes, indispensáveis para o controle da inflação e a redução da taxa de juros: a reforma tributária, o Orçamento da União de 2025 e o ajuste fiscal deste ano, do qual o governo depende para cumprir o arcabouço fiscal. Ontem, após visita ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez um apelo para que as propostas "não sejam desidratadas".

Essas matérias estão com apreciação atrasada porque os congressistas, principalmente os deputados, represaram as votações para pressionar o governo a executar as emendas parlamentares que haviam sido suspensas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). As novas regras para garantir a rastreabilidade das emendas, ou seja, a transparência sobre sua autoria e destinação, como determina a Constituição, irritaram os parlamentares.

Coincidentemente, a Polícia Federal vem realizando diversas prisões e operações de busca e apreensão contra gestores públicos e empresários envolvidos no desvio de recursos dessas emendas.

Esses inquéritos estão sob sigilo de Justiça porque há mais de uma dezena de parlamentares envolvidos.

Juntando uma coisa com a outra, o que os deputados querem é uma espécie de "quem comeu, comeu; quem não comeu, não come mais". Ou seja, querem evitar que as novas regras tenham efeito retroativo. O problema é que esse tipo de improbidade, que envolve recursos federais, já estava sob a lupa do Tribunal de Contas da União (TCU), um órgão do Legislativo, e da Controladoria-Geral da União (CGU), este sim, do Executivo, antes mesmo de as emendas serem sustadas pelo Supremo.

Para destravar a pauta do Congresso, o governo pagou R\$ 7,1 bilhões em emendas parlamentares, na quinta e sexta-feira da semana passada. As negociações ocorreram durante o período em que o presidente Lula esteve internado em São Paulo, por causa de uma cirurgia intracraniana; recebeu alta no domingo, mas continua sob observação em São Paulo.

Emendas individuais (indicadas por deputado e senador no Orçamento para seus redutos eleitorais) e emendas de bancada (que contemplam o conjunto de parlamentares de cada estado) foram contempladas. Como são impositivas, o governo é obrigado a liberar esses recursos conforme a indicação dos congressistas.

O governo também liberou mais R\$ 1,3 bilhão em verbas do Ministério da Saúde para hospitais e clínicas especializadas.

Com esses repasses, o Executivo espera votar o pacote fiscal, com medidas que reduzem os aumentos reais do salário mínimo, mudam as regras de acesso ao Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e acionam gatilhos do arcabouço fiscal para contenção de despesas.

Mais transparência

A proposta de emenda à Constituição (PEC) mexe no abono salarial, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e na regra que obriga o governo a executar o Orçamento aprovado pelo Congresso.

A PEC subiu no telhado e deve ficar para 2025.

O governo precisa aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que o autoriza a gastar cada centavo do caixa da União, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que determina para onde vai o dinheiro. Hoje, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve apreciar a LDO.

O risco de não aprovação do Orçamento da União nesta semana decorre da farra das emendas Pix, que substituíram o chamado orçamento secreto.

São R\$ 3,2 bilhões em transferências para estados e municípios de uso livre dos gestores locais, sem projetos específicos e de difícil fiscalização.

O Supremo exigiu que haja transparência a partir de agora, mas abriu uma exceção para os pagamentos de 2024. Na prática, a sociedade não sabe exatamente o que vai ser feito com a verba. Ocorre que os prefeitos terão até 31 de dezembro para apresentar os projetos de execução dessas emendas,

que serão examinados pelo governo até fevereiro.

R\$ 8 milhões em as emendas de comissão, herdeiras de orçamento secreto, ainda não foram pagos neste ano.

Essas emendas são controladas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP -AL), e pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP), no Senado. Como os autores das emendas são desconhecidos, a decisão de Dino condicionou esses pagamentos à identificação dos responsáveis.

A sessão conjunta do Congresso para analisar as propostas orçamentárias foi marcada para quinta-feira, pelo presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG); outra sessão pode ser realizada na sexta.

Na Câmara, as prioridades são a aprovação da **reforma tributária**, que voltou para a Casa depois das modificações sofridas no Senado, e da proposta do ajuste fiscal. O governo prevê economizar R\$ 375 bilhões até 2030 e evitar descontrole das contas públicas.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6762/17-12-2024.html?all=1>

Imposto do pecado para refrigerantes

A Câmara rejeitou mudanças feitas pelo Senado no primeiro projeto de regulamentação da **reforma tributária**. O novo relatório, divulgado ontem, retomou o Imposto Seletivo, chamado de "imposto do pecado", sobre as bebidas açucaradas e retirou o saneamento básico da alíquota reduzida, com desconto de 60% em relação à padrão. O texto deve ser votado hoje.

Os deputados, que aprovaram a regulamentação da reforma em julho, analisam novamente a matéria após modificações feitas pelos senadores na semana passada.

Depois da votação da matéria pela Câmara, o projeto seguirá para sanção presidencial.

As mudanças, segundo o relator na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), reduzem a alíquota padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em 0,7 ponto percentual.

As concessões feitas pelos senadores elevavam o IVA médio para ao menos 28,6%. Os senadores haviam equiparado o saneamento aos serviços de saúde, que contam com alíquota reduzida, o que provocaria um impacto de 0,38 na alíquota do novo IVA. Esse benefício foi derrubado sob a justificativa de que o saneamento já está contemplado no mecanismo de cashback, que prevê a devolução de parte do imposto pago aos mais pobres.

Já os serviços veterinários, os chamados "planos pet", saíram da alíquota reduzida, com desconto de 60%, e voltaram para o desconto de 30%.

Água mineral e biscoitos de consumo popular, que haviam sido enquadrados na alíquota reduzida de 60% pelos senadores, voltaram à tributação original da Câmara - os biscoitos estavam na alíquota padrão.

Os dois itens, segundo Reginaldo Lopes, somados ao saneamento, representam renúncias tributárias de 0,51 ponto percentual de alíquota padrão.

O relator na Câmara também restabeleceu o texto da Casa que fixava 10 critérios para tributar os automóveis com o Imposto Seletivo. No Senado, o número de critérios havia sido cortado para cinco, o que, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), beneficiava os veículos elétricos.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6762/17-12-2024.html?all=1>

Relatório retoma "imposto do pecado" em refrigerante; saneamento perde desconto

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Relatório da Câmara dos Deputados rejeitou várias mudanças feitas pelo Senado no primeiro projeto de regulamentação da **reforma tributária**. O novo documento, divulgado ontem, retomou o Imposto Seletivo, chamado de "imposto do pecado", sobre as bebidas açucaradas e retirou o saneamento básico da alíquota reduzida, com desconto de 60% em relação à padrão.

A votação do texto deve ocorrer hoje. A Câmara, que aprovou a regulamentação da reforma em julho, analisa novamente o texto após modificações feitas pelos senadores na semana passada.

Depois de nova votação pelos deputados, o projeto seguirá para sanção presidencial.

As mudanças, segundo o relator da texto na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PTMG), devem reduzir a alíquota- padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em 0,7 ponto porcentual. As concessões feitas pelos senadores tinham elevado o IVA médio para ao menos 28,6%.

EQUIPARAÇÃO. O texto do Senado havia equiparado o saneamento aos serviços de saúde, que contam com alíquota reduzida, o que geraria um impacto de 0,38 ponto na alíquota do novo IVA.

Esse benefício foi derrubado agora sob a justificativa de que o saneamento já está contemplado no mecanismo de cashback, que prevê a devolução de parte do imposto pago aos mais pobres.

PET E REFRIGERANTES. Já os serviços veterinários, os chamados "planos pet", saíram da alíquota reduzida, com desconto de 60%, e voltaram para o desconto de 30%.

Água mineral e biscoitos de consumo popular, que haviam sido enquadrados na alíquota reduzida de 60% pelos senadores, voltaram à tributação original da Câmara - os biscoitos estavam na alíquota-padrão. Os dois itens, segundo o relator Reginaldo Lopes, somados ao saneamento, representariam renúncias tributárias de 0,51 ponto porcentual de alíquota-padrão.

A Câmara também retomou o Imposto Seletivo sobre as bebidas açucaradas.

Chamado de "imposto do pecado", o Seletivo vai incidir sobre itens considerados nocivos à saúde e ao ambiente.

O relator restabeleceu também o texto da Câmara que fixava dez critérios para tributar os automóveis com o Seletivo. No Senado, o número de critérios foi cortado para cinco, o que, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), beneficiava veículos elétricos.

ZONA FRANCA. Foram derrubados ainda benefícios para as Sociedades Anônimas do Futebol (SAF) inseridos no Senado. Lopes decidiu não retirar os benefícios para a Zona Franca de Manaus que foram inseridos pelo relator, Eduardo Braga (MDB-AM).

Nova etapa

Depois de nova votação pelos deputados, o projeto seguirá para sanção presidencial

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Câmara inclui refrigerante de novo no Imposto Seletivo

**VICTORIA ABEL, GABRIEL SABÓIA E MARIANA
ROSÁRIO**

A proposta de regulamentação da **Reforma Tributária** sofreu novas alterações na Câmara dos Deputados ontem, depois de ter passado pelo Senado. O novo texto ainda não tinha sido publicado, mas deputados que acompanham as negociações confirmaram as mudanças ao GLOBO.

Na tentativa de diminuir o impacto na alíquota-padrão de referência, a Câmara retirou o benefício dado ao setor de saneamento básico pelos senadores, que havia sido incluído na alíquota reduzida de 60% pelos senadores. Também foram incluídas as bebidas açucaradas, como refrigerantes, novamente no Imposto Seletivo, que prevê alíquotas adicionais para produtos prejudiciais à saúde e ao ambiente.

A inclusão do saneamento pelos senadores entre os itens com desconto de imposto gerou uma estimava de aumento de até 0,38 ponto percentual na alíquota padrão. A justificativa para retirada do benefício pelos deputados é de que o mecanismo de cashback, devolução de **impostos**, já prevê o retomo dos **tributos** pagos no saneamento aos mais pobres.

O relator na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG), além de ter retomado as bebidas açucaradas no Imposto Seletivo, retirou a previsão de uma lista genérica de doenças cujos medicamentos seriam beneficiados e restabelecendo a lista detalhada de princípios ativos com direito a imposto zero e com redução de 60%.

'PRIORIDADE ABSOLUTA', DIZ PADILHA A regulamentação foi aprovada no Senado Federal na semana passada, mas precisou voltar para uma última análise dos deputados após alterações. Depois, o projeto segue para sanção do presidente Lula.

Ontem, o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, visitou o presidente Lula em São Paulo. Em pouco mais de uma hora de conversa, Padilha relatou que o tema principal foi a votação da **Reforma Tributária** na Câmara: -Tratamos da pauta do Congresso nesta semana, prioridade absoluta à votação da **Reforma Tributária** na Câmara, há expectativa positiva de que possa começar hoje (ontem) a discussão e a votação -afirmou Padilha. - Relatei ao presidente as reuniões que tivemos com os

líderes da Câmara.

Padilha contou que o presidente Lula planeja realizar um encontro entre ministros no próximo dia 20, mas sem divulgar a pauta.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Câmara coloca Imposto do Pecado para refrigerantes

BRASÍLIA

A proposta de regulamentação da **Reforma Tributária** sofreu novas alterações na Câmara. A regulamentação foi aprovada no Senado Federal na semana passada, mas precisou voltar para uma última análise dos deputados após alterações - depois, segue para sanção do presidente Lula.

Na tentativa de diminuir o impacto na alíquota-padrão de referência, a Câmara retirou o benefício dado ao setor de saneamento básico pelos senadores, que havia sido incluído na alíquota reduzida de 60%. Também foram retomadas as bebidas açucaradas no Imposto Seletivo - apelidado de imposto do pecado.

A inclusão do saneamento entre os itens com desconto de imposto gerou uma estimativa de aumento de até 0,38 ponto percentual na alíquota-padrão, de acordo com cálculos do Ministério da Fazenda - número que é contestado pelo setor. A justificativa dos deputados é que o mecanismo de cashback, devolução de **impostos**, já prevê o retorno dos **tributos** pagos em serviços de saneamento aos mais pobres.

CONTAS de água: saneamento fora

Congresso tem pauta econômica intensa antes do recesso - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

A semana reserva três grandes temas para o Congresso Nacional trabalhar antes do recesso parlamentar, que começa após o dia 20. Em diferentes graus, cada um deles poderá ser decisivo para a agenda econômica do Brasil em 2025 nos próximos anos. O mais importante está relacionado ao projeto de ajuste fiscal, que visa equilibrar as contas públicas. Há temor de que os cortes de gastos previstos no pacote seja revistos pelo Congresso. "O apelo que o presidente Lula está fazendo é para que as medidas não sejam desidratadas", afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O segundo tema envolve a regulamentação da **reforma tributária** na Câmara depois de o texto ter o Grupo CRM, dono das marcas Copenhagen e Brasil Cacau, está otimista com as vendas de fim de ano. Segundo a empresa, elas deverão crescer 18% em relação ao desempenho obtido no Natal do ano passado. O momento, de fato, é favorável para a companhia. Na última Black Friday, as vendas subiram 45% versus o mesmo período em 2023.

se for aprovado no Senado na semana passada. Por fim, os parlamentares deverão ainda votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Orçamento de 2025. Seria surpreendente recuperar o atraso e concluir toda essa pauta em apenas cinco dias.

Rede de concessionárias Automob estreia na bolsa Em um ano sem grandes negócios na B3, chama a atenção a estreia da rede de concessionárias Automob como empresa listada na bolsa de valores de São Paulo. A Automob começou ontem a negociar as suas ações na bolsa - trata-se da primeira companhia do ramo listada na B3. Ela pertence à holding Simpar, que tem outras três empresas de capital aberto (JSL, Movida e Vamos). A Automob fatura R\$ 13 bilhões por ano e possui cerca de 200 pontos de venda espalhados por 12 estados brasileiros.

ABERTURA DE EMPRESAS AVANÇA NO TERCEIRO TRIMESTRE O terceiro trimestre de 2024 marcou a retomada de abertura de empresas no Brasil. De acordo com um novo levantamento realizado pela Contabilizei, maior escritório de contabilidade do país, cerca de 1,1 milhão de companhias foram abertas no período, o que significou um avanço de 10% em relação ao terceiro trimestre de

2023. Trata-se também do melhor resultado dos últimos 3 anos. Do total de firmas abertas, 827,5 mil enquadram-se na categoria de microempreendedor individual (MEI).

"Acredito com convicção que Elon fará a coisa certa, e que seria profundamente antiamericano usar poder político, na medida em que Elon o tenha, para prejudicar os concorrentes e favorecer as próprias empresas dele" Sam Altman, presidente da OpenAI, criadora da inteligência artificial generativa ChatGPT. Empresários de diversos setores estão preocupados com a possibilidade de que Elon Musk ataque rivais de seus negócios enquanto for peça-chave no governo Donald Trump. **APPLE PRÉTENDE LANÇAR DISPOSITIVOS COM TELAS DOBRÁVEIS É** consenso entre analistas que a Apple deixou de ser principal referência em inovação da área tecnológica. Não à toa, as vendas globais de iPhone pouco avançaram em 2024, e as perspectivas em mercados importantes, especialmente o chinês, não são nada animadoras. Diante desse quadro, a Apple prepara uma série de mudanças, conforme revelado pelos jornais dos Estados Unidos. Entre elas estão smartphones mais finos e dispositivos com telas dobráveis, que poderão ter o tamanho de um laptop.

Tudo indica que o Natal será de fatura para o comércio. Projeções da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce) apontam para um aumento de 6,9% das vendas em relação ao ano passado, o que reflete os índices positivos de emprego e o aumento da renda dos brasileiros. Roupas e cosméticos são os itens mais procurados.

O grupo gaúcho Josapar, dono da marca de arroz Tio João, vai investir R\$ 154 milhões na construção de uma planta de fertilizantes no município de Rio Grande (RS). Com atuação em diversas frentes do agronegócio, o grupo tem faturamento anual estimado em R\$ 2,2 bilhões, mas o arroz branco responde pela maior parte das receitas.

A companhia aérea Latam e a montadora Audi renovaram parceria para o transporte de clientes selecionados em veículos elétricos da marca de automóveis. Quem se enquadra na categoria premium da Latam é levado até o avião por veículos Audi Q8. Por enquanto, o acordo é válido para o aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Lula se preocupa com "desidratação" do pacote fiscal

Na manhã de ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na residência do presidente na capital paulista, onde se recupera da cirurgia de emergência da semana passada para conter um sangramento intracraniano.

Um dos temas da reunião foi o pacote fiscal. "Tratamos das medidas fiscais. Eu apresentei a ele os relatores [do pacote fiscal], como nós vamos encaminhar a necessidade de votação nesta semana, e alguns projetos das reformas microeconômicas, que também precisam ser votados nesta semana", revelou Haddad.

De acordo com o ministro, o presidente Lula manifestou preocupação com a votação do pacote fiscal. "[Lula] fez um apelo para que as medidas não sejam desidratadas", disse o ministro.

"Nós temos aí um conjunto de medidas que garantem a robustez do arcabouço fiscal. Estamos muito convencidos de que vamos continuar cumprindo as metas. [...] Ele pediu um quadro detalhado para falar com os líderes e garantir que não haja desidratação nas medidas fiscais."

Segundo Haddad, entre os pontos da **reforma tributária** também discutidos com Lula, estavam a retirada da exclusão das armas e das bebidas açucaradas do imposto seletivo.

"Discutimos com ele alguns detalhes que preocupavam mais. A questão das armas, das bebidas açucaradas, em função da saúde pública, também foi comentada. Discuti com ele os detalhes do que foi alterado para que pudesse julgar a conveniência de orientar os líderes da base", disse.

Na quinta-feira (12), o Senado aprovou o projeto de regulamentação da **reforma tributária** (PL Complementar 68/2024). Com a conclusão da tramitação no Senado, o substitutivo ao texto retornou à Câmara dos Deputados para nova votação (Da Agência Brasil).

Site:

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Moraes prorroga inquérito das fake news por mais seis meses

DANIEL GULLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou ontem por 180 dias o inquérito das fake news. Há previsão de depoimentos de mais 20 pessoas, e também a conclusão da análise de informações obtidas a partir da quebra de sigilos fiscal e bancário.

De acordo com informações do STF, a investigação está apurando o "gabinete do ódio", suposto grupo que atuaria no governo Bolsonaro para atacar opositores. O inquérito das fake news foi aberto em março de 2019 e tramita desde então em sigilo.

Na semana passada, o presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, havia adiantado que a apuração deveria ser prorrogada para o próximo ano:

- O inquérito das fake news se prolongou porque os eventos foram se sucedendo, vamos ter um mar ainda um pouco agitado ao longo do próximo ano.

No final do mês passado, Moraes determinou o compartilhamento da investigação sobre uma suposta tentativa de golpe de Estado com outros dois inquéritos, conhecidos como o da fake news e o das milícias digitais. O ministro também é o relator dessas outras duas apurações.

Em novembro, a Polícia Federal (PF) apresentou o relatório final da investigação sobre a trama golpista e indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras 36 pessoas. O caso foi enviado à Procuradoria-Geral da República (PGR), que decidirá se apresenta uma denúncia.

No relatório final da investigação sobre o golpe, a PF fez referência aos inquéritos das fake news e das milícias digitais, que tramita desde 2021. O texto diz, por exemplo, que "os investigados durante todo o processo se utilizaram do modus operandi da denominada milícia digital". O documento também afirma que o inquérito das fake news aponta que "o grupo ora investigado, desde o ano de 2019, já propagava" ataques falsos contra a urna eletrônica.

Outras investigações foram abertas a partir desses dois inquéritos, como a sobre uma suposta estrutura paralela dentro da Agência Brasileira de Inteligência

(Abin), da suspeita de fraude em cartões de vacina e do suposto esquema de desvio de joias recebidas pela Presidência sob Bolsonaro.

Conforme o relatório da PF, há uma tese central que conecta as apurações da trama golpista, das fake news e da "Abin paralela" - o governo Bolsonaro teria se utilizado da máquina do Estado, da Agência Brasileira de Inteligência à **Receita Federal**, para obter "vantagens indevidas de ordem política e econômica".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Em casa, Lula recebe auxiliares e trata de pauta econômica

MATHEUSDE SOUZA E MARIANA ROSÁRIO

Em repouso após a alta hospitalar de domingo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu ontem a visita de ministros em sua casa, no Alto de Pinheiros, na Zona Oeste de São Paulo. A previsão é que o petista retorne a Brasília na quinta-feira, a depender dos resultados de novos exames.

Pela manhã, Lula despachou com o titular da Fazenda, Fernando Haddad, que detalhou ao presidente a situação de medidas econômicas em tramitação no Congresso. Haddad chegou à casa de Lula às 9h20m e permaneceu pouco mais de duas horas (leia mais na página 13).

A tarde, Lula recebeu os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil). Em pouco mais de uma hora de conversa, Padilha também tratou com o presidente da votação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados. A prisão do general da reserva Walter Braga Netto, ex-ministro de Jair Bolsonaro, não foi pauta da conversa, segundo Padilha.

- Tratamos da pauta do Congresso nesta semana. A prioridade absoluta é a votação da **reforma tributária** na Câmara. Relatei as reuniões que tivemos, aos finais de semana, com os líderes da Casa - disse o ministro das Relações Institucionais, responsável pela articulação política do governo.

Padilha disse que Lula planeja promover um encontro entre seus ministros no próximo dia 20, mas sem divulgar a pauta da reunião.

- Ainda não está definido o formato. Final de ano é sempre um momento de confraternização - disse.

Por diversas vezes, Padilha ressaltou que Lula está bem, falante e "absolutamente recuperado".

NOVA TOMOGRAFIA

Lula ficará em São Paulo para fazer uma nova tomografia na quinta-feira. Se estiver bem, será autorizado a voltar a Brasília, onde deve manter o "bom senso" nas atividades, principalmente nos próximos 15 dias, segundo os médicos. A equipe pediu que ele evitasse estresse. Exercício físico está

proibido, mas o presidente pode se encontrar com auxiliares e fazer passeios leves.

O presidente recebeu alta seis dias após a cirurgia que realizou para conter um sangramento interno na cabeça. Em entrevista ao "Fantástico", da TV Globo, Lula relatou os sintomas que sentiu nos dias que antecederam a internação. Ele contou que teve dores de cabeça e fraqueza nas pernas, que teriam acionado o alerta para a sua equipe médica:

- No domingo, eu estava com dor de cabeça, eu achei que era por causa do sol. Não levei muito a sério. Na segunda-feira, eu comecei a sentir alguns movimentos esquisitos na perna, uma certa lentidão. Aí eu fui trabalhar. Eu estava reunido com o Pacheco, com o Lira e com vários ministros, discutindo a questão do acordo feito na Suprema Corte, quando eu pedi para chamar a doutora Ana (Helena Germóglio, médica da Presidência).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad: Lula pediu que medidas não sejam desidratadas

MATHEUS DE SOUZA E THAÍS BARCELLOS
economia@oglobo.com.br SÃO PAULO E BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, visitou ontem o presidente Lula e disse que ele fez um apelo para que as medidas econômicas propostas pelo governo não sejam desidratadas. O ministro afirmou que apresentou ao presidente um quadro detalhado da tramitação das medidas econômicas no Congresso.

O parlamento deverá ter uma semana de votações importantes antes do início do recesso: a do pacote de corte de gastos apresentado pelo governo, a regulamentação da **Reforma Tributária**, já aprovada no Senado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento de 2025.

-Expus para o presidente a situação da **Reforma Tributária**. Também tratamos das questões das medidas fiscais. Apresentei a ele os relatores (dos projetos no Congresso) e como a gente vai tentando encaminhar a necessidade de votação nesta semana e alguns projetos da reforma microeconômica que precisam ser votados -disse Haddad. -O apelo que ele está fazendo é para que as medidas não sejam desidratadas. Nós temos um conjunto de medidas que garantem a robustez do arcabouço fiscal. Estamos muito convencidos de que vamos continuar cumprindo as metas fiscais nos próximos anos.

O ministro afirmou que o governo poderia ter alcançado superávit este ano.

- Se não fosse o contratempo que tivemos com o Perse (programa de incentivo tributário ao setor de eventos que foi estendido) e com a desoneração da folha, teríamos superávit primário. Só não vamos ter superávit primário em função dos R\$ 45 bilhões de renúncia fiscal, que contrariou o governo, mas faz parte da democracia -concluiu.

TESOURO AVISA Novas projeções do Tesouro Nacional mostram que o espaço para despesas discricionárias, gastos "livres" do governo, cairá pela metade em 2027 e se esgotará em 2030, mostrando a importância da reavaliação de políticas públicas e da aprovação das medidas de contenção de gastos apresentadas pelo governo.

O relatório do Tesouro publicado ontem aponta que o

governo descumprirá as metas fiscais entre 2026 e 2028 se medidas de arrecadação não forem aprovadas. Mesmo com novas medidas as contas continuariam no vermelho até 2026, durante todo o mandato de Lula.

Apesar da elevação da receita líquida para 18,7% do **PIB** em 2024 e 2025, na ausência de novas medidas, a receita líquida se encontra abaixo das despesas até 2026.

A meta do governo é fechar este ano e o próximo com resultado zero, ou seja, receitas iguais às despesas. Em 2026, a meta é um superávit de 0,25% do **PIB**. No ano seguinte, de 0,5% do **PIB**. Em todos os anos, a resultado pode ser 0,25% do **PIB** maior ou menor que a meta.

Apesar da resistência do Congresso e de setores da sociedade a medidas para aumentar a arrecadação, o Tesouro reconhece que podem ser necessárias novas propostas nesse sentido para alcançar as metas fiscais.

Em média, de 2026 a 2028, a expectativa é que será necessário um esforço adicional de 0,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Mesmo com esse esforço haveria déficit até 2026.

O cálculo do Tesouro, porém, não considera a aprovação do pacote de contenção de gastos apresentado recentemente pelo governo, cuja estimativa é de economia de R\$ 71,9 bilhões em 2025 e 2026, ou cerca de 0,6% do **PIB**.

R\$ 168,3 BI EM ARRECADAÇÃO No cenário de referência do Relatório de Projeções Fiscais do 1º semestre de 2024, divulgado ontem, o Tesouro considera todas as medidas de receita já incluídas no Projeto de Lei Orçamentária de 2025 para o cumprimento da meta zero.

No total, são R\$ 168,3 bilhões em medidas de arrecadação, sendo que R\$ 121,5 bilhões em receitas extraordinárias, como os julgamentos do **Carf** e as transações tributárias. Há também R\$ 46,7 bilhões em receitas condicionadas à aprovação do Congresso.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dólar segue escalada e supera R\$ 6,09, apesar de intervenção do BC

Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

O mercado financeiro enfrentou mais um dia de forte volatilidade. O dólar alcançou nova máxima histórica nominal, apesar da atuação do Banco Central. E os juros futuros dispararam.

As expectativas negativas em relação à condução da política fiscal continuam o principal ponto de atenção. Após a decepção dos investidores com as medidas de corte de gastos anunciadas pelo governo, as incertezas em relação à tramitação do pacote no Congresso passaram a estar no centro das tensões.

Em leilão, o BC vendeu US\$ 1,63 bilhão das reservas internacionais ontem.

Mesmo assim, a cotação da moeda americana encerrou as operações em alta de 0,99%, a R\$ 6,094 - no mercado futuro, o dólar fechou acima de R\$ 6,15. No segmento de juros, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2027 subiu de 15,06% para 15,52%. O Ibovespa recuou 0,84%, a 123.560 pontos. A última vez em que o principal índice da bolsa brasileira fechou abaixo dos 124 mil pontos foi em junho. As dúvidas sobre se haverá tempo de votar o pacote fiscal antes do recesso parlamentar de fim de ano e o risco de as medidas de cortes serem desidratadas no Congresso foram apontados por operadores do mercado como motivos para a persistência do mau humor. "Enquanto não tivermos uma luz no cenário fiscal, a situação do país continuará a ser muito frágil. Acho que o dólar só não subiu mais porque o BC está intervindo bastante", disse Alfredo Menezes, da Armor Capital.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) se reuniu ontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para falar sobre o pacote de corte de gastos e a **reforma tributária**.

Segundo Haddad, o presidente pediu um "quadro detalhado" desses assuntos e falou em "garantir que não tenha desidratação das medidas fiscais".

Hoje será conhecida a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) da semana passada, que trará detalhes sobre a opção da autoridade por um "choque de juros", ao elevar a taxa Selic em 1 ponto percentual. Página C1

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188071>

Por IVA menor, Câmara retira incentivo ao saneamento

O grupo de trabalho da regulamentação da **reforma tributária** na Câmara rejeitou mudanças importantes no projeto feitas pelo Senado, como o tratamento favorecido para serviços de saneamento básico, Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), funerárias e bolachas. Também reincluiu bebidas açucaradas, como refrigerantes, entre os produtos sujeitos ao Imposto Seletivo. O objetivo foi reduzir a alíquota padrão do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A versão do Senado elevava a alíquota total acima de 28%, mais do que os 26,5% fixados como limite por ambas as Casas. Por outro lado, o grupo aceitou os benefícios aprovados pelo Senado para a Zona Franca de Manaus. A expectativa era que o novo parecer fosse votado em plenário já na noite de ontem, mas o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adiou a votação para esta terça-feira. Página A10

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188071>

GT da tributária propõe rejeição de benefício para saneamento

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

Os integrantes do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados sobre a regulamentação da **reforma tributária** decidiram propor a rejeição do tratamento mais favorecido para veterinários, planos de saúde animal, saneamento básico, funerárias, representantes comerciais, bolachas, água mineral e Sociedades Anônimas de Futebol (SAF) aprovado pelo Senado Federal, além de retomar a cobrança adicional do Imposto Seletivo (IS) sobre bebidas açucaradas, como refrigerantes.

Antecipada pelo Valor nessa segunda-feira, a sugestão de rejeitar essas alterações feitas pelos senadores no texto ocorreu na tentativa de reduzir a alíquota padrão dos futuros Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que serão a base do novo sistema tributário do país. A versão do projeto aprovada pelo Senado elevou a alíquota acima de 28%, mais do que os 26,5% estabelecidos como "trava" por ambas as Casas. Quanto maior o número de exceções, maior será esse valor de referência aplicado aos produtos e serviços que não estão nos regimes favorecidos.

"Nosso substitutivo reduz a alíquota padrão em 0,7 [ponto percentual]", disse o relator do projeto na Câmara, deputado Reginaldo Lopes(PT-MG). Ele não quis dizer, no entanto, sobre qual base de cálculo é essa redução e insistiu que a alíquota será de 25% por causa da menor sonegação fiscal.

Por outro lado, o GT decidiu acatar todos os benefícios aprovados pelo Senado para a zona franca de Manaus, para não entrar em conflito com o relator do projeto no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), que é da região.

Mas os setores atingidos esperam que os deputados rejeitem parte desses incentivos ao votálos individualmente a requerimento dos partidos no plenário.

Esses assuntos foram debatidos pelo GT com os líderes dos partidos e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que resolveu pautar a reforma para votação já na noite de segunda no plenário. A decisão pegou de surpresa inclusive os integrantes do grupo e nem todos estavam em Brasília. A ordem do dia do

plenário da Casa foi aberta quatro minutos após Lopes protocolar seu parecer e o relatório seria votado, mas acabou adiado para esta terça-feira para que o plenário estivesse mais cheio.

Entre os pontos alterados pelo Senado que tinham aval do GT estão o cashback (devolução de **impostos**) para serviços de telecomunicações contratados pela população de baixa renda, as novas regras para o setor imobiliário e a redução da alíquota para fraldas (em 60% da padrão), bares, restaurantes, hotéis e parques de diversões (em 40% da alíquota de referência). As gorjetas ficarão isentas num valor de até 15%.

Também foi acolhida a inclusão dos serviços de recuperação de créditos, prestação e garantias e intermediação de consórcios no regime específico do setor financeiro.

E que o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) seja tributado pelo regime financeiro aplicável à liquidação antecipada de recebidos dos arranjos de pagamentos, desde que não seja classificado como entidade de investimento.

Já os pontos que os deputados do GT sugerem a rejeição são a redução dos **tributos** sobre as SAFs, veterinários, funerárias, contra turno escolar e saneamento básico e a lista de medicamentos proposta pelo Senado.

Serviços veterinários e planos de saúde animal (PET) terão redução da alíquota em 30% e não nos 60% aprovados pelo Senado, enquanto os demais pagarão integralmente os novos **impostos**.

Bolachas, biscoitos e água mineral, que os senadores concederam desconto de 60%, serão taxados com a alíquota cheia.

A maior polêmica foi a legislação envolvendo a zona franca de Manaus. No Senado, Braga redupresenziu a zero a alíquota de CBS sobre bem material ou serviço prestado unicamente para pessoa física ou jurídica localizada no polo industrial da região. Ampliou, de seis meses para cinco anos, o prazo para utilização dos créditos presumidos relativos à ZFM e retirou a trava de que apenas os bens de informática poderiam abater do imposto 100% desses créditos. Para os

demais produtos, havia um limite, como de 75% para bens de capital, mas o Senado autorizou que o crédito seja o máximo possível se o Estado do Amazonas tiver aprovado o benefício até 31 de dezembro de 2023 por lei estadual.

Com a decisão de Lira e dos líderes de acolher essas propostas, o único ponto destacado para ir a voto é a criação de um benefício para o refino de combustíveis na zona franca de Manaus. Se aprovado, favorecerá o grupo amazonense Atem, que comprou a refinaria Ream da Petrobras ano passado.

Integrantes do setor de petróleo protestaram contra a ideia e tentam convencer a Câmara a rejeita-la. O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) divulgou **comunicado** em que externa "grande preocupação" com a inclusão do setor do petróleo e derivados entre os beneficiários da zona franca de Manaus.

"Em um setor de alta carga tributária e baixa margem de lucro, esse cenário gera desequilíbrio competitivo, uma vez que, no mesmo mercado, haveria empresas que estão liberadas de parcela da carga tributária incidente sobre suas operações, refinarias de petróleo localizadas na Zona Franca de Manaus, enquanto as demais são obrigadas a suportar a integralidade do peso fiscal", disse o IBP no **comunicado**.

Já a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e o Sindicato dos Petroleiros do Amazonas (Sindipetro-AM) disseram que o benefício é um "oportunismo descarado" e visa "beneficiar amigos empresários".

Procurado por meio de sua assessoria, Braga não respondeu até a publicação desta reportagem.

Em suas redes sociais, ele criticou as federações da indústria de São Paulo e do Rio de Janeiro. "É inadmissível que entidades como a Fiesp e a Firjan assumam, mais uma vez, o papel de agressores contra o Amazonas, enquanto o nosso modelo de desenvolvimento é exemplo de preservação e geração de empregos", disse.

Os deputados também decidiram reincluir as bebidas açucaradas, como refrigerantes, entre os produtos que serão taxadas adicionalmente com o Imposto Seletivo.

A cobrança foi rejeitada pelo Senado. Esse tributo foi criado para desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

No caso dos automóveis, a Câmara também faria com que o Imposto Seletivo voltasse a ter como base a potência, desempenho, densidade tecnológica, realização de etapas fabris no Brasil e categoria do veículo. O parecer ainda prevê que o Imposto Seletivo

incidirá apenas sobre extração de bens minerais e não mais sobre exportação. Também foi proibida a substituição tributária para refrigerantes e cigarros.

**

Mudanças na Câmara Deputados buscam manter teto da alíquota do IVA

Pontos alterados

- Imposto Seletivo sobre bebidas açucaradas
- Saneamento básico não terá redução de alíquota
- Serviços veterinários e planos de saúde animal (PET) terão redução da alíquota em 30%, não 60%
- Split payment entra em vigor simultaneamente para os principais instrumentos de pagamento no setor de varejo e será obrigatório. Versão manual somente se meio de pagamento não permitir
- Rejeição de benefícios propostos por senadores para Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs)
- Proibição de substituição tributária para refrigerantes e cigarros

Pontos mantidos

- Anos-base para estimativa de alíquota de referência serão 2024 a 2025
- Cashback para serviços de telecomunicações contratados por pessoas de baixa renda
- Monofasia para o etanol e energia elétrica (na distribuidora)
- Redução da alíquota em operações com imóveis em 70% para locação e 50% para demais operações
- Fraldas, óleo de amendoim, frutas e cereais em geral terão alíquota reduzida em 60%
- Imposto Seletivo apenas sobre extração de bens minerais e não mais sobre exportação

Fonte: PLP 68/2024

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188071>

Reforma na pauta - DIÁRIO ECONÔMICO

Patrícia Raposo

A **Reforma Tributária** está na pauta da Câmara dos Deputados nesta terça-feira (17). Já aprovado na casa no último mês de julho, o Projeto de Lei Complementar 68/2024 volta a ser avaliado pela câmara baixa após ser devolvido de votação no Senado com algumas alterações. Agora cabe à Câmara acatar ou rejeitar as mudanças.

O grupo de trabalho da reforma na Câmara já antecipou que alguns benefícios criados no Senado devem ser rejeitados na Casa sob o argumento de manter a futura alíquota do IBS/CBS em 26,5%. Caso as novas concessões acrescidas pelos senadores sejam mantidas, a projeção é que a alíquota passe para 27%.

Entre as alterações feitas no Senado que devem ser rejeitadas na Câmara estão duas medidas relacionadas ao Imposto Seletivo (IS). A primeira é a volta das bebidas açucaradas, como refrigerantes, ao rol de produtos sujeitos ao tributo. A segunda é o retorno da sistemática de incidência do tributo sobre automóveis com base na potência do veículo, desempenho, densidade tecnológica, etapas fabris no Brasil e categoria do veículo. Em relação aos benefícios concedidos na câmara alta que devem ser rejeitados está a redução de alíquota para os serviços de saneamento, a possibilidade de as construtoras se creditarem do imposto pago na aquisição de materiais de construção e a retirada dos edifícios-garagem da lista de contribuintes sujeitos ao Imposto de Valor Agregado.

Carga tributária, consumo e retorno social

Embora não tenha a maior carga tributária do mundo, com 34,5% do **PIB**, o Brasil tem a maior taxa sobre o consumo. Na carga tributária ficamos atrás de países como Noruega (44,3%), Finlândia (43%) e Dinamarca (41,9%). A arrecadação com a tributação de bens e serviços, no entanto, representa 57,8% do bolo tributário, um modelo injusto que penaliza quem ganha menos. E, para completar, desde 2011 estamos na última colocação no Índice de Retorno à População entre as 30 economias que mais cobram **impostos**.

Formação tecnológica

Parceria entre o projeto Aria Social, o Instituto Me Maker, a Um Telecom e a Connectoway vai capacitar 120 jovens pernambucanos em situação de

vulnerabilidade. Com foco em educação tecnológica, a iniciativa dividirá os alunos em seis turmas com 20 estudantes cada.

Selfit em expansão

A rede de academias Selfit está encerrando o ano de 2024 com 151 unidades em funcionamento no país, com destaque para o Nordeste. Neste ano foram abertas 34 novas unidades, somando R\$ 120 milhões em investimentos. Para 2025, serão 19 inaugurações, sendo oito delas no estado.

Engenharia de Software no metaverso

A Jala University, instituição de ensino superior sediada na Califórnia (EUA) com atuação na América Latina, está com inscrições abertas para o curso de Engenharia de Software. Para o Brasil, foram oferecidas 70 bolsas de estudo integrais. As aulas são 100% remotas no campus da instituição no Metaverso.

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/12/reforma-na-pauta.html>

Relator faz alterações no texto da reforma

ESTADÃO CONTEÚDO

A Câmara dos Deputados rejeitou mudanças feitas pelo Senado no primeiro projeto de regulamentação da **reforma tributária**. O novo relatório divulgado ontem (16), retomou o Imposto Seletivo, chamado de "imposto do pecado", sobre as bebidas açucaradas e retirou o saneamento básico da alíquota reduzida, com desconto de 60% em relação à padrão.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), adiou para hoje a votação do projeto que regulamenta a reforma. Após a votação do texto pelos deputados, o projeto seguirá para sanção presidencial.

As mudanças, segundo o relator na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), reduzem a alíquota padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em 0,7 ponto porcentual. As concessões feitas pelos senadores elevavam o IVA médio para ao menos 28,6%.

Os senadores haviam equiparado o saneamento aos serviços de saúde, que contam com alíquota reduzida, o que geraria um impacto de 0,38 na alíquota do novo IVA. Esse benefício foi derrubado sob a justificativa de que o saneamento já está contemplado no mecanismo de cashback, que prevê a devolução de parte do imposto pago aos mais pobres.

Pets

Já os serviços veterinários, os chamados "planos pet", saíram da alíquota reduzida, com desconto de 60%, e voltaram para o desconto de 30%. Água mineral e biscoitos, que haviam sido enquadrados na alíquota reduzida de 60% pelos senadores, voltaram à tributação original da Câmara.

Os dois itens, somados ao saneamento, representam renúncias tributárias de 0,51 ponto porcentual de alíquota padrão. Lopes também restabeleceu o texto da Câmara que fixava dez critérios para tributar os automóveis com o Imposto Seletivo. No Senado, o número de critérios havia sido cortado para cinco, o que segundo a Anfavea beneficiava os veículos elétricos.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/inqf/#p=1>

Análise: contagem regressiva para o pacote fiscal

Luiz Carlos Azedo +

O Congresso tem até a sexta-feira para aprovar todas as matérias econômicas pendentes, indispensáveis para o controle da inflação e a redução da taxa de juros: a reforma tributária, o Orçamento da União de 2025 e o ajuste fiscal deste ano, do qual o governo depende para cumprir o arcabouço fiscal. Nesta segunda-feira, após visita ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez um apelo para que as propostas não sejam desidratadas.

Essas matérias estão com apreciação atrasada porque os congressistas, principalmente os deputados, repesaram as votações para pressionar o governo a executar as emendas parlamentares que haviam sido suspensas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). As novas regras para garantir a rastreabilidade das emendas, ou seja, a transparência sobre sua autoria e destinação, como determina a Constituição, irritaram os parlamentares.

Coincidentemente, a Polícia Federal vem realizando diversas prisões e operações de busca e apreensão contra gestores públicos e empresários envolvidos no desvio de recursos dessas emendas. Esses inquéritos estão sob sigilo de Justiça porque há mais de uma dezena de parlamentares envolvidos.

Juntando uma coisa com a outra, o que os deputados querem é uma espécie de quem comeu, comeu; quem não comeu, não come mais. Ou seja, querem evitar que as novas regras tenham efeito retroativo. O problema é que esse tipo de improbidade, que envolve recursos federais, já estava sob a lupa do Tribunal de Contas da União (TCU), um órgão do Legislativo, e da Controladoria-Geral da União (CGU), este sim, do Executivo, antes mesmo de as emendas serem sustadas pelo Supremo.

Para destravar a pauta do Congresso, o governo pagou R\$ 7,1 bilhões em emendas parlamentares, na quinta e sexta-feira da semana passada. As negociações ocorreram durante o período em que o presidente Lula esteve internado em São Paulo, por causa de uma cirurgia intracraniana; recebeu alta no domingo, mas continua sob observação em São Paulo.

Emendas individuais (indicadas por deputado e senador no Orçamento para seus redutos eleitorais) e emendas de bancada (que contemplam o conjunto de parlamentares de cada estado) foram contempladas. Como são impositivas, o governo é obrigado a liberar esses recursos conforme a indicação dos congressistas.

O governo também liberou mais R\$ 1,3 bilhão em verbas do Ministério da Saúde para hospitais e clínicas especializadas. Com esses repasses, o Executivo espera votar o pacote fiscal, com medidas que reduzem os aumentos reais do salário mínimo, mudam as regras de acesso ao Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e acionam gatilhos do arcabouço fiscal para contenção de despesas.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) mexe no abono salarial, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e na regra que obriga o governo a executar o Orçamento aprovado pelo Congresso. A PEC subiu no telhado e deve ficar para 2025.

O governo precisa aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que o autoriza a gastar cada centavo do caixa da União, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que determina para onde vai o dinheiro. Nesta terça-feira, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve apreciar a LDO.

O risco de não aprovação do Orçamento da União nesta semana decorre da farra das emendas Pix, que substituíram o chamado orçamento secreto. São R\$ 3,2 bilhões em transferências para estados e municípios de uso livre dos gestores locais, sem projetos específicos e de difícil fiscalização.

O Supremo exigiu que haja transparência a partir de agora, mas abriu uma exceção para os pagamentos de 2024. Na prática, a sociedade não sabe exatamente o que vai ser feito com a verba. Ocorre que os prefeitos terão até 31 de dezembro para apresentar os projetos de execução dessas emendas, que serão examinados pelo governo até fevereiro.

R\$ 8 milhões em as emendas de comissão, herdeiras de orçamento secreto, ainda não foram pagos neste ano. Essas emendas são controladas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e pelo senador Davi

Alcolumbre (União-AP), no Senado. Como os autores das emendas são desconhecidos, a decisão de Dino condicionou esses pagamentos à identificação dos responsáveis.

A sessão conjunta do Congresso para analisar as propostas orçamentárias foi marcada para quinta-feira, pelo presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG); outra sessão pode ser realizada na sexta. Na Câmara, as prioridades são a aprovação da **reforma tributária**, que voltou para a Casa depois das modificações sofridas no Senado, e da proposta do ajuste fiscal. O governo prevê economizar R\$ 375 bilhões até 2030 e evitar descontrole das contas públicas.

O Congresso tem até a sexta-feira para aprovar todas as matérias econômicas pendentes, indispensáveis para o controle da **inflação** e a redução da taxa de juros: a **reforma tributária**, o Orçamento da União de 2025 e o ajuste fiscal deste ano, do qual o governo depende para cumprir o arcabouço fiscal. Nesta segunda-feira, após visita ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez um apelo para que as propostas não sejam desidratadas.

Essas matérias estão com apreciação atrasada porque os congressistas, principalmente os deputados, repesaram as votações para pressionar o governo a executar as emendas parlamentares que haviam sido suspensas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). As novas regras para garantir a rastreabilidade das emendas, ou seja, a transparência sobre sua autoria e destinação, como determina a Constituição, irritaram os parlamentares.

Coincidentemente, a Polícia Federal vem realizando diversas prisões e operações de busca e apreensão contra gestores públicos e empresários envolvidos no desvio de recursos dessas emendas. Esses inquéritos estão sob sigilo de Justiça porque há mais de uma dezena de parlamentares envolvidos.

Juntando uma coisa com a outra, o que os deputados querem é uma espécie de quem comeu, comeu; quem não comeu, não come mais. Ou seja, querem evitar que as novas regras tenham efeito retroativo. O problema é que esse tipo de improbidade, que envolve recursos federais, já estava sob a lupa do Tribunal de Contas da União (TCU), um órgão do Legislativo, e da Controladoria-Geral da União (CGU), este sim, do Executivo, antes mesmo de as emendas serem sustadas pelo Supremo.

Para destravar a pauta do Congresso, o governo pagou R\$ 7,1 bilhões em emendas parlamentares, na quinta e sexta-feira da semana passada. As negociações ocorreram durante o período em que o

presidente Lula esteve internado em São Paulo, por causa de uma cirurgia intracraniana; recebeu alta no domingo, mas continua sob observação em São Paulo.

Emendas individuais (indicadas por deputado e senador no Orçamento para seus redutos eleitorais) e emendas de bancada (que contemplam o conjunto de parlamentares de cada estado) foram contempladas. Como são impositivas, o governo é obrigado a liberar esses recursos conforme a indicação dos congressistas.

O governo também liberou mais R\$ 1,3 bilhão em verbas do Ministério da Saúde para hospitais e clínicas especializadas. Com esses repasses, o Executivo espera votar o pacote fiscal, com medidas que reduzem os aumentos reais do salário mínimo, mudam as regras de acesso ao Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e acionam gatilhos do arcabouço fiscal para contenção de despesas.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) mexe no abono salarial, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e na regra que obriga o governo a executar o Orçamento aprovado pelo Congresso. A PEC subiu no telhado e deve ficar para 2025.

O governo precisa aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que o autoriza a gastar cada centavo do caixa da União, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que determina para onde vai o dinheiro. Nesta terça-feira, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve apreciar a LDO.

O risco de não aprovação do Orçamento da União nesta semana decorre da farra das emendas Pix, que substituíram o chamado orçamento secreto. São R\$ 3,2 bilhões em transferências para estados e municípios de uso livre dos gestores locais, sem projetos específicos e de difícil fiscalização.

O Supremo exigiu que haja transparência a partir de agora, mas abriu uma exceção para os pagamentos de 2024. Na prática, a sociedade não sabe exatamente o que vai ser feito com a verba. Ocorre que os prefeitos terão até 31 de dezembro para apresentar os projetos de execução dessas emendas, que serão examinados pelo governo até fevereiro.

R\$ 8 milhões em as emendas de comissão, herdeiras de orçamento secreto, ainda não foram pagos neste ano. Essas emendas são controladas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP), no Senado. Como os autores das emendas são desconhecidos, a decisão de Dino condicionou esses pagamentos à identificação dos

responsáveis.

A sessão conjunta do Congresso para analisar as propostas orçamentárias foi marcada para quinta-feira, pelo presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG); outra sessão pode ser realizada na sexta. Na Câmara, as prioridades são a aprovação da **reforma tributária**, que voltou para a Casa depois das modificações sofridas no Senado, e da proposta do ajuste fiscal. O governo prevê economizar R\$ 375 bilhões até 2030 e evitar descontrole das contas públicas.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/12/7013409-analise-contagem-regressiva-para-o-pacote-fiscal.html>

Em semana decisiva, pacote de gasto opõe governo e Congresso

Israel Medeiros +

Na última semana de trabalhos deste ano no Legislativo e com diversas pautas importantes para aprovar, o governo Lula voltou a culpar o Congresso pela necessidade de avalizar um pacote de corte de gastos. Em dia repleto de reuniões no primeiro escalão do Executivo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), fizeram discursos ácidos quase idênticos, em um momento em que o Executivo corre contra o tempo para conseguir votos de parlamentares.

Se não fosse o contratempo que tivemos com o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) e a desoneração da folha, nós teríamos, neste primeiro ano de Orçamento do governo Lula, superavit primário. Nós só não teremos o superavit primário este ano em função dos R\$ 45 bilhões de renúncia fiscal que contrariou o governo, afirmou Haddad, depois de se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nesta segunda-feira, para atualizá-lo sobre as tratativas com o Congresso.

Horas mais tarde, foi a vez de Randolfe. O senador disse que o assunto são águas passadas, mas, em tom severo, afirmou que, desta vez, o governo não aceitará discutir a desidratação das medidas no pacote de contenção de gastos. Agora existe a necessidade de aprovarmos esse pacote de contenção de gastos para o Orçamento do ano que vem. Tudo é passível de discussão. Só não é passível de discussão a desidratação do que foi proposto, afirmou a jornalista.

Para tentar azeitar a relação com o Congresso - que vai mal -, o Executivo se apressou para liberar as emendas parlamentares depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) desbloqueou os recursos. Pagou R\$ 7,8 bilhões na última semana. Mas não são só as emendas que travam as negociações. Há temas que são caros para o eleitor e para algumas bancadas no Congresso, como novas regras para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) - criticadas pelo próprio PT -, as mudanças no salário mínimo e a alteração na correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

Ninguém quer retirar direito nenhum. Nós queremos,

inclusive, colocar os programas sociais na medida correta para que eles sejam sustentáveis e nunca faltem para alguém. Queremos garantir o BPC para todos aqueles que precisam. Queremos que seja garantida a recuperação do poder de compra do salário mínimo, frisou Randolfe. Para isso, teremos que ajustá-lo ao arcabouço fiscal. Ninguém quer retirar direito de Brasília, nós queremos que o Fundo Constitucional do Distrito Federal tenha o mesmo indexador dos demais fundos. Então, não tem uma medida desse pacote que retire um direito sequer.

A expectativa do senador é de que o governo consiga a aprovação, nesta semana, dos três textos enviados pelo governo como parte do corte de gastos. Haddad foi na mesma linha. Estamos convencidos de que as medidas vão ser apreciadas este ano. O presidente (da Câmara, Arthur) Lira já deixou claro que, se precisar convocar sessão de manhã, de tarde e de noite, até quinta-feira, a Câmara vai estar disponível, frisou Haddad.

No entanto, a proposta de emenda à Constituição (PEC), que integra o pacote de gastos, deve ficar para 2025. O texto está parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara sem relator. Na Casa, vale lembrar, as comissões foram paralisadas por Lira, até o fim do ano, para focar os esforços dos deputados nos textos que estão no plenário.

O Congresso tem sessões marcadas para esta quarta e quinta-feira destinadas a aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que tiveram a tramitação atrasada e ainda estão na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O colegiado retoma a discussão dos relatórios nesta terça-feira e deve avalizar o relatório final da LDO.

A demora para votar os instrumentos de planejamento e execução do Orçamento e a apreciação a toque de caixa no fim do ano já viraram rotina, mas este ano foram potencializadas pelo impasse nas emendas parlamentares. Questionado sobre esse assunto nesta segunda-feira, Haddad disse a jornalistas que essa realidade - em que o Congresso só vota a LDO e a LOA na última semana de trabalhos - é o novo normal. Há, ainda, a regulamentação da **reforma tributária**, que precisa ser ratificada pela Câmara.

Na última semana de trabalhos deste ano no Legislativo e com diversas pautas importantes para aprovar, o governo Lula voltou a culpar o Congresso pela necessidade de avaliar um pacote de corte de gastos. Em dia repleto de reuniões no primeiro escalão do Executivo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), fizeram discursos ácidos quase idênticos, em um momento em que o Executivo corre contra o tempo para conseguir votos de parlamentares.

Se não fosse o contratempo que tivemos com o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) e a desoneração da folha, nós teríamos, neste primeiro ano de Orçamento do governo Lula, superavit primário. Nós só não teremos o superavit primário este ano em função dos R\$ 45 bilhões de renúncia fiscal que contrariou o governo, afirmou Haddad, depois de se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nesta segunda-feira, para atualizá-lo sobre as tratativas com o Congresso.

Horas mais tarde, foi a vez de Randolfe. O senador disse que o assunto são águas passadas, mas, em tom severo, afirmou que, desta vez, o governo não aceitará discutir a desidratação das medidas no pacote de contenção de gastos. Agora existe a necessidade de aprovarmos esse pacote de contenção de gastos para o Orçamento do ano que vem. Tudo é passível de discussão. Só não é passível de discussão a desidratação do que foi proposto, afirmou a jornalistas.

Para tentar azeitar a relação com o Congresso - que vai mal -, o Executivo se apressou para liberar as emendas parlamentares depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) desbloqueou os recursos. Pagou R\$ 7,8 bilhões na última semana. Mas não são só as emendas que travam as negociações. Há temas que são caros para o eleitor e para algumas bancadas no Congresso, como novas regras para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) - criticadas pelo próprio PT -, as mudanças no salário mínimo e a alteração na correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

Ninguém quer retirar direito nenhum. Nós queremos, inclusive, colocar os programas sociais na medida correta para que eles sejam sustentáveis e nunca falem para alguém. Queremos garantir o BPC para todos aqueles que precisam. Queremos que seja garantida a recuperação do poder de compra do salário mínimo, frisou Randolfe. Para isso, teremos que ajustá-lo ao arcabouço fiscal. Ninguém quer retirar direito de Brasília, nós queremos que o Fundo Constitucional do Distrito Federal tenha o mesmo indexador dos demais fundos. Então, não tem uma

medida desse pacote que retire um direito sequer.

A expectativa do senador é de que o governo consiga a aprovação, nesta semana, dos três textos enviados pelo governo como parte do corte de gastos. Haddad foi na mesma linha. Estamos convencidos de que as medidas vão ser apreciadas este ano. O presidente (da Câmara, Arthur) Lira já deixou claro que, se precisar convocar sessão de manhã, de tarde e de noite, até quinta-feira, a Câmara vai estar disponível, frisou Haddad.

No entanto, a proposta de emenda à Constituição (PEC), que integra o pacote de gastos, deve ficar para 2025. O texto está parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara sem relator. Na Casa, vale lembrar, as comissões foram paralisadas por Lira, até o fim do ano, para focar os esforços dos deputados nos textos que estão no plenário.

O Congresso tem sessões marcadas para esta quarta e quinta-feira destinadas a aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que tiveram a tramitação atrasada e ainda estão na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O colegiado retoma a discussão dos relatórios nesta terça-feira e deve avaliar o relatório final da LDO.

A demora para votar os instrumentos de planejamento e execução do Orçamento e a apreciação a toque de caixa no fim do ano já viraram rotina, mas este ano foram potencializadas pelo impasse nas emendas parlamentares. Questionado sobre esse assunto nesta segunda-feira, Haddad disse a jornalistas que essa realidade - em que o Congresso só vota a LDO e a LOA na última semana de trabalhos - é o novo normal. Há, ainda, a regulamentação da **reforma tributária**, que precisa ser ratificada pela Câmara.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/12/70-13407-em-semana-decisiva-pacote-de-gasto-opoe-governo-e-congresso.html>

Lira ignora anistia do 8/1 e foca pauta econômica em última semana na presidência da Câmara

Victoria Azevedo

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP -AL), ignorou a promessa que ele mesmo fez de que resolveria, ainda em seu mandato, o imbróglio acerca do projeto de lei que concede anistia aos acusados pelos ataques golpistas do 8 de janeiro.

O Congresso entra em recesso no fim de semana. Na volta, em fevereiro, há imediatamente eleição para presidentes da Câmara e do Senado.

A última semana de atividades com o parlamentar na presidência da Casa será voltada à pauta econômica.

Há a previsão de votação do projeto da regulamentação da **reforma tributária**, do pacote de corte de gastos do governo federal -um projeto de lei complementar, um projeto de lei e uma PEC (proposta de emenda à Constituição)-, da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e do PLOA (Projeto de Lei Orçamentária).

Além disso, Lira afirmou na semana passada que tentará incluir na pauta de votações matérias relativas ao turismo.

Três políticos próximos ao presidente da Câmara dizem que Lira não tratou mais do projeto de anistia com os líderes da Casa e que isso saiu do radar de votações.

O presidente da Câmara foi procurado, via assessoria de imprensa, mas não respondeu.

Em 28 de outubro, o parlamentar retirou o projeto da anistia da pauta da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), onde seria votada no dia seguinte, e anunciou a criação de uma comissão especial. Até o momento, no entanto, Lira não oficiou os líderes partidários para que eles indiquem representantes nessa comissão especial.

O objetivo do presidente da Câmara com a comissão era evitar que as negociações em torno de sua sucessão fossem contaminadas pela discussão do projeto e ainda conseguir apoio do PT de Lula e do PL

de Jair Bolsonaro (os dois maiores partidos da Câmara) em torno de seu candidato na disputa, Hugo Motta (Republicanos-PB).

O PL queria o compromisso do futuro presidente de que a proposta caminharia na Casa. Já o PT era frontalmente contra e não queria sequer que o projeto fosse pautado em plenário.

Hoje, Hugo tem sua candidatura consolidada e deverá ser eleito sem dificuldades em fevereiro. Apesar de evitar se posicionar acerca do projeto de lei, aliados afirmam que esse é um dos assuntos que deverá ser enfrentado na gestão do líder do Republicanos.

Dois aliados de Lira afirmam, sob reserva, que não há mais clima para discutir anistia após explosões em frente ao prédio do STF (Supremo Tribunal Federal), em Brasília, em 13 de novembro.

Essa avaliação é compartilhada por deputados até mesmo da oposição, que são defensores da proposta. Como a Folha mostrou, horas após as explosões, parlamentares bolsonaristas falaram que o episódio iria prejudicar a tramitação do projeto de lei.

Lira afirmou em entrevista à Folha, no dia 30 de outubro, que daria uma solução ao projeto ainda durante o seu mandato. "Um tema sensível como esse, por tudo que aconteceu, por tudo que está acontecendo, estava inapropriadamente sendo usado. Conversei tanto com um partido quanto com outro. Nós vamos dar a solução para isso dentro do meu mandato", afirmou.

Naquele momento, ao ser questionado como resolveria a situação, respondeu: "Como sempre eu faço, conversando e ouvindo muito".

Um líder governista diz reconhece que o PL e partidos da oposição farão pressão para retomar essa discussão, diante da possibilidade de incluir na proposta a anistia ao ex-presidente Bolsonaro, para que ele possa concorrer em 2026.

Líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ), disse à reportagem, no entanto, que acredita que Lira vai

cumprir com sua palavra e "contribuir" para que o projeto seja votado, mesmo que fora da cadeira de presidente da Casa.

"Acredito na palavra do presidente Arthur Lira. Mesmo após deixar a presidência tenho certeza que ele vai contribuir para que a anistia seja apreciada e seja votada como ele se comprometeu", diz.

A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), afirma que o partido continuará defendendo o arquivamento do projeto. "Não faz sentido sequer discuti-lo diante de tantas revelações graves que tivemos nos últimos dias. Vamos conversar com os demais partidos na Casa."

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/12/lira-ignora-anistia-do-81-e-foca-pauta-economica-em-ultima-semana-na-presidencia-da-camara.shtml>

Câmara vota hoje regulamentação da Reforma Tributária; depois, projeto segue para sanção de Lula

Victoria Abel

A proposta de regulamentação da **Reforma Tributária** deve ser votada nesta terça-feira no plenário da Câmara dos Deputados depois de novas alterações no texto. Nesta segunda-feira, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) apresentou relatório sobre as modificações que o Senado fez na semana passada.

A regulamentação precisou voltar para uma última análise dos deputados após alterações - depois, segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. .

Na tentativa de diminuir o impacto na alíquota-padrão de referência, a Câmara retirou o benefício dado ao setor de saneamento básico pelos senadores, que havia sido incluído na alíquota reduzida de 60%. Também foram retomadas as bebidas açucaradas no Imposto Seletivo - apelidado de imposto do pecado.

A inclusão do saneamento entre os itens com desconto de imposto gerou uma estimativa de aumento de até 0,38 ponto percentual na alíquota-padrão, de acordo com cálculos do Ministério da Fazenda - número que é contestado pelo setor. A justificativa dos deputados é que o mecanismo de **cashback**, devolução de **impostos**, já prevê o retorno dos **tributos** pagos em serviços de saneamento aos mais pobres.

Reginaldo Lopes ainda retomou as bebidas açucaradas no Imposto Seletivo, item que havia sido retirado do texto pelos senadores. O Imposto Seletivo prevê alíquotas maiores para produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

- Nosso substitutivo e parecer reduz a alíquota padrão em 0,7 ponto da alíquota. Esse foi o esforço - disse Lopes. - Quanto ao saneamento, para as pessoas que ganham até meio salário mínimo o **cashback** vai devolver os **impostos** imediatamente. Quanto aos estados, fizemos um acordo com os governadores de garantir ao menos 20%, mas caberá a cada Assembleia aumentar para quanto quiser.

Os deputados ainda retiraram a previsão de uma lista

genérica de doenças cujos medicamentos seriam atendidos e retomaram a lista detalhada de princípios ativos com direito a imposto zero e com redução de 60%. Dessa forma, praticamente todos os medicamentos autorizados pela Anvisa terão esse desconto.

- No que diz respeito aos medicamentos, voltamos a lista de medicamentos e procedimentos como votamos na Câmara, anteriormente. O Ministério da Saúde poderá fazer a inclusão de novos medicamentos em até 120 dias, a partir dessas linhas de cuidados, desde que não alterem a alíquota de 0,02%.

Reginaldo Lopes também retirou a previsão de alíquota reduzida em 60% os serviços de educação com enfoque cultural, desportiva e recreacional, em línguas estrangeiras e outras formas de treinamento.

Os serviços de médicos veterinário também foram excluídas da alíquota reduzida em 60% e foram retomados em uma redução de 30%.

Em outra mudança, água mineral e biscoitos foram retirados da previsão de alíquota reduzida dentro da cesta básica - mudança também feita pelo Senado.

Para a aviação regional, Lopes retomou o limite de aviões com 250 assentos para terem descontos de **impostos**. O Senado havia ampliado esse número para 186.

A Câmara dos Deputados manteve a alíquota reduzida para o setor imobiliário em 50%, mas retirou a previsão do benefício para estacionamentos.

O Senado aprovou redução dos **tributos** sobre Sociedade Anônima do Futebol (SAF) de 8,5% para 5% e o não pagamento do imposto sobre venda de jogadores nos cinco primeiros de criação da empresa, mas Câmara decidiu rejeitar esses benefícios.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/17/camara-vota-hoje-regulamentacao-da-reforma-tributaria-depois-projeto-segue-para-sancao-de-lula.ghtml>

Câmara pode votar projeto de regulamentação da reforma tributária nesta terça-feira

A Câmara dos Deputados pode votar nesta terça-feira (17) um dos projetos que regulamenta a **reforma tributária**. Trata-se do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24, do Poder Executivo, que especifica reduções de alíquotas para diversos setores. Em sessão do Plenário marcada para as 13h55, os deputados vão analisar as mudanças feitas pelo Senado no texto.

O relator do projeto, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), apresentou nesta segunda-feira (16) parecer favorável à maior parte das mudanças propostas pelos senadores.

"Todas as mudanças que não acatamos caminham no sentido de manter a alíquota geral de referência em 26,5%. Optamos, por exemplo, por restabelecer a incidência do Imposto Seletivo sobre bebidas açucaradas, que tem um impacto de 0,07% na alíquota geral", exemplificou Lopes.

O projeto contém detalhes sobre cada regime de tributação favorecida com redução ou isenção de incidência, a devolução de **tributos** para consumidores de baixa renda (cashback), a compra internacional pela internet e a vinculação dos mecanismos de pagamento com sistema de arrecadação.

Alterações

Reginaldo Lopes explicou brevemente 34 rejeições de trechos propostas pelos senadores e/ou restabelecimento dos trechos aprovados anteriormente pela Câmara. Confira alguns:

Site: [https://www.terra.com.br/economia/camara-pode-votar-projeto-de-regulamentacao-da-reforma-tributaria-nesta-terca-
feira,74b8d97dd6a69e4d11a68697532eab91sby8m940.html](https://www.terra.com.br/economia/camara-pode-votar-projeto-de-regulamentacao-da-reforma-tributaria-nesta-terca-feira,74b8d97dd6a69e4d11a68697532eab91sby8m940.html)

BC joga pesado, mas dólar não cede: R\$ 6,09

ROSANA HESSEL E RAPHAEL PATI

Mesmo com o Banco Central (BC) realizando mais uma intervenção no câmbio, ao colocar à venda mais US\$ 4,6 bilhões pela manhã - US\$ 1,6 bilhão no mercado à vista, o maior valor desde março de 2020 -, o dólar manteve-se forte e bateu outro recorde. A moeda norte-americana fechou o primeiro pregão da semana cotado a R\$ 6,094, com alta de 1,04% no dia. Na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), o contrato de dólar futuro subiu outros 1,04% e era negociado a R\$ 6,111 para a venda.

A piora do quadro fiscal foi um dos principais motivos para a resistência no câmbio. Os agentes financeiros estão preocupados com o fato de que o governo não consegue avançar nas negociações para a votação do pacote de corte de gastos, anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no mês passado.

Depois de visitar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em São Paulo, Haddad teve reunião com líderes do governo, mas não avançaram na tramitação do pacote das medidas fiscais que prevê um corte de cerca de R\$ 70 bilhões de despesas. O impacto dessas medidas ainda é incerto, pois há estimativas de que o governo conseguirá uma economia de pouco mais da metade do montante - entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões.

Haddad saiu do encontro com Lula afirmando que o presidente fez um apelo para que as propostas não fiquem ainda mais desidratadas. Em reunião do ministro com líderes do Congresso, não houve definição de data para a votação do pacote fiscal. Analistas demonstram aumento da preocupação com a perspectiva de que só será votado em 2025.

"Está parecendo que esse pacote não vai sair neste ano.

O mercado está colocando mais uma vez isso no preço", lamenta Gustavo Cruz, estrategistachefe da RB Investimentos. Ele lembrou que o dólar abriu a semana mais valorizado por conta das expectativas do mercado em relação à reunião do comitê de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), hoje e amanhã. Contudo, as declarações do presidente eleito dos EUA, Donald Trump, criticando o Brasil, também ajudaram a fazer

com que o dólar não mudasse de patamar.

Novo patamar

A mediana das projeções do mercado para o dólar no fim deste ano coletadas no boletim Focus, do BC, passou de R\$ 5,95 para R\$ 5,99 - para os anos seguintes, o novo piso da moeda está em R\$ 5,70. Em 2025, a previsão para a moeda norte-americana passou de R\$ 5,77 para R\$ 5,85, mas analistas não descartam que o dólar comercial siga negociado acima de R\$ 6 por conta, principalmente, do aumento de incertezas sobre o quadro fiscal.

"Tudo indica que o dólar

atingiu um novo patamar e deverá ficar em torno de R\$ 6 por um período mais prolongado", projeta Fernando Honorato, diretor de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco.

Os economistas do banco estão debruçados sobre as planilhas, refazendo as projeções macroeconômicas desde a semana passada, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a Selic para 12,25% ao ano - e informou que haverá mais duas altas da mesma magnitude.

Segundo analistas, isso indica que a taxa básica deverá subir para 14,25% ao ano, até março de 2025, o que impactou nas projeções para os próximos anos.

A mediana das projeções do mercado passou de 13,50% para 14%/ano, no fim de 2025. Pelas novas estimativas do Focus, os juros básicos seguirão acima de 10% até dezembro de 2027.

Para 2026, as perspectivas para a Selic subiram de 11% para 11,25% anuais.

De acordo com especialistas, os juros futuros seguem em alta e é provável que a Selic possa chegar a 16%, para que a **inflação** oficial recue para o centro da meta, de 3%, na primeira metade de 2026. Ontem, por exemplo, os contratos com vencimento em janeiro de 2025 passaram de 15,05% para 15,25% ao ano.

No vermelho

Ainda segundo o Focus, as previsões do mercado

para o resultado primário das contas públicas seguem no vermelho até 2027, rompendo o piso inferior da meta fiscal, que permite um rombo de até 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Enquanto isso, o Índice Bovespa (Ibovespa) encerrou o pregão de ontem em queda de 0,84%, aos 123.560 pontos. Conforme dados da consultoria Elos Ayta, com esse desempenho de dezembro, a B3 caminha para o pior quarto trimestre do Ibovespa desde 2014.

Até o fechamento de ontem, o índice acumulava queda de 6,26%, superando o declínio de 5,55% registrado no mesmo período de 2021 - rivalizando com a forte retração de 7,59% de 2014.

"Esse desempenho negativo contrasta fortemente com os trimestres finais dos últimos anos, que apresentaram ganhos expressivos, como os 15,12%, de 2023, e os impressionantes 25,81%, de 2020, marcando um dos melhores encerramentos trimestrais da série histórica", destaca Einar Rivero, CEO da Elos Ayta.

Para Luciano Nakabashi, professor de economia da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto, o cenário fiscal é o grande problema observado pelos agentes do mercado, alinhado com a trajetória da dívida em relação ao **PIB**. "A trajetória tem sido insustentável. Mesmo com o crescimento da economia e a arrecadação recorde, o gasto vem aumentando mais e o governo não mostra grande disposição em fazer esse controle de forma como deve ser feito para estabilizar a relação dívida-**PIB**."

E trazer mais confiança por parte dos agentes econômicos", avalia.

**

Trump ameaça taxar Brasil e Índia

O presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, defendeu, ontem, suas propostas para elevar tarifas de produtos estrangeiros. Conforme disse, as medidas são uma resposta a países que tributam as exportações americanas. Ao citar exemplos de nações que teriam taxas elevadas, citou Brasil e Índia.

"Vamos tratar as pessoas de forma muito justa, mas a palavra "recíproco" é importante, porque se alguém nos cobra... A Índia nos cobra 100% e não cobrarmos nada pela mesma coisa."

Eles mandam uma bicicleta para nós, nós mandamos uma bicicleta para eles, eles nos cobram 100, 200. A Índia cobra muito.

O Brasil cobra muito. Se eles querem nos cobrar, tudo bem.

Quem nos taxar, taxaremos de volta. Tarifas farão nosso país rico", afirmou, em uma coletiva em Mar-a-Lago - resort na Flórida do qual é proprietário -, a primeira desde que foi eleito.

Questionado sobre o impacto inflacionário da imposição de novas tarifas, Trump respondeu que em seu primeiro mandato elevou uma série de tarifas, e que isso não aumentou a **inflação**.

Ele defendeu, ainda, uma série de outras medidas de seu antigo governo, especialmente os cortes de **impostos**.

As exportações brasileiras para os EUA atingiram US\$ 19,2 bilhões nos seis primeiros meses de este ano - percentual 12% maior do que o exportado no primeiro semestre de 2023. Pela primeira vez, Trump inclui o Brasil entre as nações que ele acredita não darem reciprocidade tributária.

Na campanha presidencial, as críticas que fazia eram habitualmente voltadas para a China, o México e o Canadá.

De acordo com observadores das relações geopolíticas, a crítica de Trump à Índia e ao Brasil seria um recado aos Brics - bloco que reúne, ainda, China, Rússia e África do Sul como membros fundadores. O bloco avançou este ano com a adesão de Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã (a Arábia Saudita ainda não oficializou a entrada) e quer como nações associadas Cuba, Bolívia, Turquia, Nigéria, Indonésia, Argélia, Belarus, Malásia, Uzbequistão, Cazaquistão, Tailândia, Vietnã e Uganda.

Trump, porém, mudou o tom em relação à China. Fez elogios ao presidente Xi Jinping, ainda que não tenha confirmado a presença do chefe do governo chinês em sua posse. Segundo o presidente eleito, ambos contavam com uma boa relação quando estava na Casa Branca, mas a pandemia alterou a situação. Disse ainda que Xi é um amigo e que "China e EUA podem resolver todos os problemas do mundo".

"Vamos tratar as pessoas de forma muito justa, mas a palavra "recíproco" é importante. A Índia nos cobra 100% e não cobrarmos nada pela mesma coisa. Eles mandam uma bicicleta para nós, nós mandamos uma bicicleta para eles, eles nos cobram 100, 200. A Índia cobra muito. O Brasil cobra muito. Quem nos taxar, taxaremos de volta"

Donald Trump, presidente eleito dos Estados Unidos

**

Relação dívida-**PIB** supera 81% em 2027

O Tesouro Nacional publicou, ontem, a primeira edição do Relatório de Projeções Fiscais deste ano, com dados ainda referentes ao primeiro semestre. De acordo com o documento, a projeção da relação entre a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e o Produto Interno Bruto (**PIB**) deve atingir 81,6%, em 2027, para depois se estabilizar no ano seguinte, e começar a cair a partir de 2029.

Para 2024, a Secretaria do Tesouro estima avanço dessa relação para 77,7%. Isso representa um avanço de mais de três pontos percentuais na comparação com o ano anterior, quando a dívida bruta chegou a 74,3%.

No relatório, o Tesouro responsabiliza a taxa básica de juros elevada - atualmente em 12,25% - e o déficit primário nas contas públicas como principais causas para o aumento dessa relação.

"Em comparação com o relatório publicado em março, o cenário para a DBGG do presente relatório mostra valores mais altos ao longo da trajetória, em função, principalmente, de uma taxa de juros mais elevada nos primeiros três anos da trajetória de projeções", observa.

Após atingir o pico em 2027, o Tesouro avalia que a trajetória da relação Dívida- **PIB** recua a 81,1%, em 2029, até chegar a 75,6% ao final de 2034, último ano de referência para a análise.

Já a Dívida Líquida - que subtrai o valor dos ativos do governo - também deve atingir o ponto máximo em 2027, em 69%.

O Tesouro projeta que as despesas totais do governo central devem chegar a 19,3% do valor total do **PIB**, em 2024, resultado pouco inferior à estimativa de 2023, de 19,6% (que desconsidera as últimas revisões do valor da atividade econômica no período). As receitas devem avançar de 17,5% para 18,7% ao final do ano. Vale destacar que o relatório não considera o pacote fiscal enviado pelo governo, ainda em discussão no Congresso.

A projeção do Tesouro para os próximos 10 anos considera um crescimento real médio do **PIB** de 2,7% ao ano, com crescimento nominal médio da massa salarial de 7,9%/ano, e estabilização da Selic em 6,4%/ano, a partir de 2030.

77,7% é o percentual estimado pelo Tesouro para a

projeção da relação dívida- **PIB** para este ano. Avanço é de mais de 3 pontos em relação ao ano passado

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6762/17-12-2024.html?all=1>

"Não é apenas salário, é investimento"

LUIS FELLYPE RODRIGUES

» Entrevista | JOSÉ EDUARDO SABO PAES | PROCURADOR DOS DIREITOS DO CIDADÃO DO MPDFT

Os maiores prejuízos que a mudança na forma de cálculo do reajuste anual do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) poderá trazer para o DF foram detalhados pelo procurador dos Direitos do Cidadão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), José Eduardo Sabo Paes. "As áreas de segurança, saúde e educação são mantidas essencialmente por esses recursos", destacou. "Mas não é apenas a manutenção dos salários. É investimento em equipamento, tecnologia e presença", disse, ontem, às jornalistas Ana Maria Campos e Mila Ferreira, durante o programa CB.Poder - parceria entre o Correio e a TV Brasília.

Qual o impacto do possível corte de parte dos recursos que são repassados do governo federal para o DF por meio do Fundo Constitucional?

Na promulgação da Constituição constou no artigo 21, inciso 14, e também no ato de disposições transitórias, que, pela relevância do DF, todos os serviços públicos, principalmente na área da segurança, deveriam ser mantidos pelo Fundo Constitucional. E, desde 2002, assim tem sido feito. Essa não é a primeira tentativa (de retirar verbas do FCDF). Na verdade, é a segunda tentativa de se procurar fazer com que esses recursos sejam menores do que aqueles destinados.

A questão é que, de acordo com a lei, são recursos pela variação da receita corrente líquida.

Felizmente, o Brasil vai bem, e essa receita tem aumentado em todos os governos nos últimos anos, com valores expressivos, chegando a 17%, ou até mais. No entanto, ao se fazer o cálculo pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -, esse número vai chegar a 3,85%, aproximadamente, porque ele se baseia na **inflação**.

Quais serão as áreas mais impactadas?

As áreas de segurança, saúde e educação são mantidas essencialmente por esses recursos. Vamos por parte. Área de segurança: temos, historicamente, um problema de efetivo. Temos uma Polícia Militar que, há mais de 10 anos, tinha um efetivo de 16 mil homens.

Agora, com os esforços deste governo Ibaneis, estamos saltando para pouco mais de 11 mil com a recente nomeação. Ainda é pouco, mas está havendo um avanço.

A Polícia Civil também passa pela mesma questão, com um número reduzido, comparado há 10 anos.

Mas não é apenas a manutenção dos salários. É investimento em equipamento, tecnologia e presença.

Vemos aqui as notícias e os crimes que assolam o DF, como o feminicídio e tantos outros. Precisamos de condições operacionais para fazer com que esses profissionais possam trabalhar. Então, esse é um gargalo. Imagine essa situação fazendo com que, na área de segurança, nós não tenhamos esses recursos para manter os profissionais e dar seguimento.

E na área de educação?

A mesma situação. Temos cerca de 21 mil professores e um contingente de cerca de 900 escolas, sendo de nível médio, técnicas e escolas especiais, e a receita é fundamental.

E veja só: com a educação, não tem sido falado, mas este ano houve a decisão do Supremo, cortando cerca de R\$ 700 milhões do Salário Educação - contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados à educação básica pública. Vamos perder agora mais R\$ 400 milhões no ano da educação - caso o corte do FCDF ocorra -, menos R\$ 1 bilhão, somando as duas perdas. Isso é inconcebível.

A saúde perde também, não é?

O Ministério Público tem acompanhado, pelas promotorias de Saúde, a luta e o desafio que é fazer com que tenhamos as Unidades Básicas de Saúde (UBSs). São 166 UBSs com equipes de médicos da família e 176 UBSs em funcionamento.

Elas são a porta de entrada dos 3,2 milhões de habitantes que estão aqui e dos 900 mil do Entorno que vão e voltam, fora da rede dos 30 e tantos municípios que vêm até o DF. Cerca de 65% da saúde depende do Fundo Constitucional.

E se ocorrer o corte?

Então, em vez de 17%, vamos ter 3,8% ou 4% por ano a mais. Como é que vamos fazer? Para que o governo continue realizando políticas públicas em defesa dos direitos fundamentais, e desses direitos - educação, saúde e segurança -, ele tem praticamente uma alternativa, que é o aumento dos **impostos**. Isso significa o quê? Os **impostos** aqui, que são do DF e dos municípios, equivalem a entre R\$ 21 e R\$ 25 bilhões por ano. Essa é exatamente a quantia do Fundo Constitucional que entra.

Se diminuir, como é que vamos fazer? Vamos ter que aumentar ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ou ISS - Imposto Sobre Serviço. Porque os serviços continuarão sendo necessários para a população.

Ou seja, a conta vai para o cidadão?

A conta vai para o cidadão. E, é claro, acredito que, com essa ação dos nossos representantes da Câmara, governantes, todos imbuídos, a impressão que tenho é que está havendo a sensibilização do governo federal e das bancadas no sentido de dizer por que precisamos de um atendimento forte, grande e expressivo nessa área.

Alguns especialistas e autoridades acham que uma auditoria nos gastos do Fundo Constitucional, uma maior publicidade e transparência, poderia ajudar a ter essa segurança maior, tanto para a população quanto para o poder público e o governo federal, de que é um gasto realmente necessário. O senhor acha que isso poderia ser efetivo?

Concordo com a transparência e concordo com o acompanhamento de gastos. Não há dúvida nenhuma, e essa tem sido uma tônica da Procuradoria do Cidadão, criando os mapas sociais. O primeiro mapa foi justamente de orçamento, acompanhando essas políticas públicas. Acredito que, quanto mais o governo colocar de forma transparente o que é recebido e o que é gasto, e quais são os campos em que há a utilização desse recurso, isso é positivo. Agora, dúvida não tenho que a primeira razão de ser do Fundo Constitucional é a questão do custeio, é para pagar os salários, e esse impacto é muito grande.

Só depois é que vai para investimento.

Mas podemos pensar: e se houver essa redução? Se houver essa redução, vamos precisar de mais investimento do próprio Governo do Distrito Federal (GDF), a chamada Fonte 100, que é dos **impostos** que eu falei, ICMS, ISS.

Hoje (ontem) é sua posse no quarto mandato como

procurador Distrital dos Direitos do Cidadão.

Gostaria que o senhor fizesse um balanço do que foi feito nesse período de seis anos e qual será o foco daqui em diante?

É um desafio integrar pessoas e instituições, e tenho procurado fazer isso desde o primeiro momento.

O primeiro ciclo foi muito difícil, porque foi durante a pandemia (da covid-19). As estruturas e as pessoas mudaram. Os governos tiveram que alterar a forma de atuação em todos os campos. Isso nos permitiu, com esse desafio, fazer com que tivéssemos um conjunto de colegas, uma verdadeira forçatarefa, nos aproximando não só do Executivo, principalmente do Executivo, mas do Judiciário, para dizer assim: agora temos que agir diferente.

Temos que ouvir especialistas, sair em campo e procurar as melhores soluções, e ficar alerta e atento para o que está sendo feito no mundo. Por essa razão, apoiamos e colaboramos para a tomada de muitas iniciativas, buscando fazer com que os resultados fossem os melhores em termos de saúde em todos os momentos.

Lembro que o senhor foi aos hospitais, naquele período em que as pessoas tinham pavor de sair de casa, defendendo medidas. Deve ter sido muito difícil, não é?

Isso foi muito difícil para mim e minha família. Esse foi um desafio que tive que enfrentar, inclusive, sem vacinação. Só fui tomar na minha idade. E isso me deu força para um segundo ciclo. Onde conseguimos nos fazer, digamos, conhecidos ou talvez até respeitados.

Construímos parcerias com os colegas e com os governos.

Além disso, começamos a identificar quais são as questões que merecem atenção. Por exemplo, políticas públicas: criamos mapas sociais, trabalhamos com inteligência para poder identificar quais eram os problemas que vimos na área de saúde, educação e assistência.

O que temos que perceber?

Que há muito a ser feito. O governo foi, efetivamente, muito parceiro.

Ele deu muita atenção a diversos invisíveis na área de assistência social. O que tem melhorado, não obstante o atraso da própria pandemia, mas a situação melhorou muito, no sentido de que, hoje, trabalhamos inclusive com a ADPF (Arguição de Descumprimento

de Preceito Fundamental) do Supremo Tribunal Federal (STF), no sentido de voltar a integrar todas as áreas. Mas isso não fizemos só aqui. Começamos a perceber que haveria necessidade de acompanhar grandes eventos. Grandes eventos que são cidades que são montadas e desmontadas em um ou dois dias, pois reúnem 50, 60 mil pessoas. Fizemos esses eventos porque isso traz recursos, a economia se movimenta, e tudo agora precisa ser com segurança.

E como foi o terceiro ciclo?

Tivemos que olhar para a cidade entendendo que ela tem um período chuvoso e um seco. Investimos muita ação no sentido de trazer todos os responsáveis pela drenagem à cidade. As pessoas podem ver tudo que está sendo feito na Asa Sul e Norte, foram R\$ 450 milhões. No mês passado, me reuni com todos, na Asa Sul e Norte: é missão cumprida. E as outras cidades? Sol Nascente, Ceilândia e outras. Até porque temos um período de chuva e seca. Então, estou adiantando: esse é um novo desafio. Tenho que fazer com que tenhamos a percepção de que há necessidade de facilitar a vida do cidadão e dos usuários. Eles querem uma cidade em que possam se locomover melhor e serem respeitados como pedestres, e que possam ser atendidos, hoje, por meios digitais de forma mais rápida.

Entre as grandes obras fiscalizadas pela Procuradoria, está o Teatro Nacional, que terá a Sala Martins Pena reinaugurada dia 18 (amanhã). Quais são os desafios para a conclusão do restante da obra?

Vou dizer que essa obra é um ícone para nós, brasilienses, ou que desde pequenos estamos aqui.

O Teatro Nacional tem duas grandes salas: a Martins Pena, com 480 lugares; e a Villa Lobos, com cerca de 1.200. As obras efetivamente se iniciaram há dois anos, com recursos possíveis, hoje na ordem de R\$ 70 milhões, para estruturar todo o teatro, sistema de água, de ar condicionado, sistemas elétricos, e para preparar a primeira sala para receber o espetáculo, a Sala Martins Pena. Por que isso foi possível? Não foi exatamente por causa do Ministério Público; nós só fomentamos a integração deles, a Secretaria de Cultura do DF (Secec), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) e com a empresa. Fizemos essa integração e eu fiz isso indo lá pelo menos de dois em dois meses ou falando com eles direto para que fossem feitos todos os acertos para que tenhamos, agora, a primeira sala e o primeiro contrato para a outra sala. Ou seja, vitória para todos. Temos um espaço com essa qualidade e parabéns aos órgãos que se dispuseram a fazer isso e ao GDF, que colocou os recursos indispensáveis para

a realização dessa obra.

* Estagiário sob a supervisão de José Carlos Vieira

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6762/17-12-2024.html?all=1>

A "taxa das blusinhas"

A decisão do Comitê Nacional de Secretarias de Estado da Fazenda (Comsefaz) de aumentar o ICMS sobre compras internacionais de até 50 dólares, com vigência a partir de abril de 2025, é mais um capítulo da complexa e insustentável saga tributária brasileira. Com uma justificativa protecionista - fortalecer o setor produtivo nacional-, essa medida agrava ainda mais a já pesada carga tributária e, mais do que isso, pune o consumidor brasileiro.

O aumento de 18% para 20% na alíquota do ICMS sobre compras realizadas em e-commerce já se soma ao Imposto de Importação de 20% e outros encargos, criando um total de 40% de tributos sobre o valor das

compras. A conta é simples: quem já enfrentava dificuldades para comprar no exterior, agora vai ser ainda mais desestimulado a buscar alternativas fora do Brasil.

A justificativa dos Estados para esse aumento é a proteção da indústria nacional, uma estratégia que já se mostrou falida ao longo das últimas décadas. O Brasil, como sempre, se apega a soluções simplistas e protecionistas, esquecendo-se de enfrentar os problemas estruturais que, sim, dificultam o crescimento da indústria local.

O aumento do ICMS não é apenas mais um golpe no bolso do brasileiro, é uma forma de limitar a liberdade de escolha das famílias.

Quando o consumidor encontra nas plataformas internacionais uma alternativa mais barata, é porque, de alguma forma, a competição externa está compensando a ineficiência do mercado interno.

A crítica, portanto, se dá não apenas pelo aumento de tributos, mas pela visão estreita de que a solução para o Brasil está em proteger um mercado interno já saturado de ineficiências. As políticas públicas precisam ser mais ousadas, mais focadas em resolver as raízes dos problemas econômicos do Brasil, e não em buscar paliativos que só pioram a situação.

GREGÓRIO JOSÉ, jornalista pós-graduado em Ciências Políticas

Site:

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Ao ameaçar com tarifas, Trump cita Brasil como país que 'taxa demais'

O presidente eleito dos EUA, Donald Trump, defendeu ontem suas propostas de elevar tarifas para produtos estrangeiros e disse que são uma resposta a países que taxam as exportações americanas. Ao citar exemplos, ele mencionou Brasil e Índia como nações que "taxam demais". "Quem nos taxar, taxaremos de volta.

Tarifas farão nosso país rico", afirmou, em entrevista coletiva em Mar-a-Lago, na Flórida, a primeira desde que foi eleito.

Questionado sobre o impacto inflacionário da imposição de novas tarifas, Trump respondeu que, em seu primeiro mandato, elevou uma série de tarifas, o que não aumentou a **inflação**. O republicano defendeu ainda uma série de outras medidas de seu governo, especialmente os cortes de **impostos**.

CHINA. Sobre as relações com a China, Trump fez uma série de elogios ao líder Xi Jinping, ainda que não tenha confirmado a presença do chinês em sua posse. Segundo o americano, ambos tinham uma boa relação quando ele estava no poder, mas a pandemia mudou a situação. Ele afirmou que Xi é um amigo e garantiu que "China e Estados Unidos podem resolver todos os problemas do mundo".

Trump anunciou ainda que o Softbank fará um investimento de US\$ 100 bilhões nos EUA ao longo dos próximos quatro anos, "demonstrando confiança no mandato". O foco será em inteligência artificial e outras indústrias do futuro.

O presidente eleito repetiu uma proposta de que aqueles que investirem mais de US\$ 1 bilhão terão facilidades, com licenças federais, incluindo ambientais.

ENERGIA. O republicano defendeu os planos para aumento da exploração de hidrocarbonetos, dizendo que há energia suficiente nos EUA para que não seja necessário importar de outros lugares, citando nominalmente a Venezuela.

Trump falou bastante sobre a guerra da Ucrânia, que admitiu ser uma questão mais complicada de resolver do que os atuais conflitos no Oriente Médio.

Ainda sim, ele disse que conversará com os

presidentes da Rússia, Vladimir Putin, e da Ucrânia, Volodimir Zelenski, para negociar a paz.

VACINAS. No mesmo encontro, Trump acusou a imprensa de corrupção e prometeu medidas legais contra veículos de comunicação. Ele disse que vai processar o jornal Des Moines Register, de Iowa, por uma pesquisa eleitoral errada, e o programa 60 Minutes, da rede CBS, por uma "citação incorreta".

O futuro presidente americano também entrou na polêmica das vacinas, criada por Robert F. Kennedy Jr. (RKF), indicado por ele para ocupar a chefia do Departamento de Saúde.

Um advogado ligado a Kennedy solicitou à Food and Drug Administration (FDA) que revogasse a aprovação da vacina nos EUA.

Ontem, Trump disse que acredita na eficácia do imunizante, mas afirmou que não gosta da obrigatoriedade.

"Acredito muito nela (vacina), mas acho que tudo deveria ser analisado." | NYT, WP e AFP

30 bilhões de dólares foi a soma das exportações brasileiras para os EUA entre janeiro e novembro deste ano. 9.553 empresas brasileiras exportaram para o país em 2023, segundo estudo do MDIC-Amcham

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/?_gl=1*100jzkn*_gcl_au*Nzc3MDA1NjYxLjE3MzM5ODY3ODE.*_ga*ODY4MzU3MjEzLjE3MjE5ODgyODk.*_ga_H1D7PSZ1DW*MTczNDMzMjU0MS45LjAuMTczNDMzMjU0MS42MC4wLjE4Nzk5MTczNTM

Trump defende tarifas e critica países 'como o Brasil' em coletiva

Luiza Palermo De São Paulo (Com agências internacionais)

O presidente eleito dos EUA, Donald Trump, defendeu ontem - na sua primeira entrevista coletiva desde a eleição - seus planos de impor tarifas sobre importações de vários países. Em seu clube de Mar-a-Lago, na Flórida, ele incluiu pela primeira vez publicamente o Brasil entre as nações que taxam excessivamente produtos americanos, às quais ameaçou responder impondo tarifas.

"Há países que nos taxam muito, como é o caso do Brasil", disse Trump. "Eles nos taxam, nós vamos taxá-los", afirmou. "As tarifas tornarão nosso país rico", afirmou Trump, reforçando a intenção de usar barreiras comerciais sobre importações de boa parte dos países do mundo após sua posse como presidente.

Mas a estratégia do republicano de taxar em 60% as importações da China - acirrando a guerra comercial com Pequim - e de 10% a 25% a outros países do mundo para aumentar o lucro das empresas e o número de empregos nos EUA é controversa. Estudos recentes, como o apresentado pelo Instituto de Economias em Desenvolvimento do Comércio Exterior do Japão, indicam que tarifas como essas podem causar à economia americana uma perda de 1,1% de seu Produto Interno Bruto (**PIB**) até 2027 na medida em que os EUA ainda dependem de da importação de muitos produtos - de insumos para a mineração a alimentos.

Na mesma coletiva, que se estendeu por mais de uma hora, Trump também falou sobre relações exteriores e outros temas.

Acompanhando a entrevista ao lado de Trump, o escolhido para chefiar o Departamento de Comércio, Howard Lutnick - que de- EVAN VUCCI/AP ve desempenhar um papel de liderança na área comercial -, observou que o governo adotará políticas de comércio recíprocas. "Reciprocidade será um tema-chave para nós. Como você nos trata é como pode esperar ser tratado", disse Lutnick, quando perguntado por um jornalista se há um acordo comercial possível com a China.

Trump aproveitou a coletiva para anunciar um

investimento de US\$ 100 bilhões da SoftBank, empresa de tecnologia japonesa, em projetos nos EUA nos próximos quatro anos, após uma reunião com o presidente-executivo da empresa, Masayoshi Son.

A empresa japonesa de internet e telecomunicações estima que seus investimentos nos EUA criarão 100 mil empregos focados em inteligência artificial e tecnologias emergentes, com planos de concluir o trabalho antes de Trump deixar o cargo em 2029.

Além disso, Trump usou a aparição para tratar e responder perguntas sobre diversos tópicos que envolvem os Estados Unidos em seu segundo mandato.

Sobre a guerra entre Rússia e Ucrânia, o presidente eleito disse estar trabalhando para encerrar o conflito, mas não forneceu detalhes.

Ele pressionou para que o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, esteja pronto para fazer um acordo com a Rússia para parar a guerra em seu país. Trump defende que nova ajuda a Kiev só deve ser liberada depois do início de negociações de paz.

"Zelensky deve estar preparado para fazer um acordo, é isso. Precisa ser um acordo, muita gente está morrendo", disse Trump. "Falaremos com o presidente Putin e falaremos com Zelensky e os representantes da Ucrânia. Temos que parar isso, é uma carnificina".

Trump também falou brevemente sobre seu encontro deste mês em Paris com Zelensky. Em resposta a uma pergunta de um repórter, disse que não convidou Zelensky para sua posse, apesar de ter enviado convites para outros líderes mundiais. "Se ele quiser vir, eu gostaria de recebê-lo. Mas não, eu não o convidei", afirmou.

Já sobre a guerra na Faixa de Gaza, Trump afirmou que o Hamas, que até agora não fechou um acordo de cessar-fogo com Israel, deve liberar todos os reféns até sua posse em 20 de janeiro, ou "o inferno vai ser liberado".

"Como vocês sabem, dei um aviso de que, se esses reféns não estiverem de volta para casa até essa data, o caos vai se instaurar", disse Trump, acrescentando que, se nenhum acordo de cessar-fogo for alcançado

até assumir o cargo, "não será agradável".

Trump não forneceu detalhes, mas também disse que recentemente conversou com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, sobre o conflito. Ele também atribuiu à Turquia a vitória dos rebeldes sírios em derrubar o regime do agora deposto presidente Bashar al-Assad.

A entrevista coletiva foi muito menos combativa do que algumas das discussões acaloradas que Trump manteve com jornalistas durante a sua campanha. Aparentemente relaxado, ele brincou com alguns dos repórteres que reconheceu e falou sobre como a transição foi tranquila em comparação com seu primeiro mandato. "Na primeira vez, todos brigaram comigo", disse ele. "Desta vez todo mundo quer ser meu amigo."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188071>

Trump diz que Brasil tarifa demais produtos americanos

O presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, citou ontem o Brasil como exemplo de país com excesso de tarifas alfandegárias sobre produtos americanos e disse que vai impor um tratamento semelhante às exportações estrangeiras.

"Nós vamos tratar as pessoas de forma muito justa, mas a palavra "recíproco" é importante. A Índia cobra muito, o Brasil cobra muito. Se eles querem nos cobrar, tudo bem, mas vamos cobrar a mesma coisa", disse Trump durante entrevista coletiva realizada em Mar-A-Lago, em Palm Beach, na Flórida.

Desde a campanha presidencial dos EUA, da qual saiu vitorioso em novembro, Trump tem reiterado promessas de aumentar tarifas sobre produtos chineses e criar outras novas sobre os demais países.

O republicano disse nesta segunda que as cobranças tornarão o país mais rico e descartou um potencial aumento da **inflação** com o encarecimento de produtos cruciais, por exemplo, para a

fabricação de automóveis.

"Não tivemos aumento da **inflação** [no primeiro mandato] e impomos muitas tarifas em várias coisas, no aço. Nosso país está em déficit com todo mundo", disse, ao lado de Howard Lutnick, indicado para chefiar a política comercial do país.

"O presidente [Trump] tem uma agenda muito clara em relação às tarifas e acho que reciprocidade é algo que será crucial para nós", disse Lutnick na coletiva. "A forma como somos tratados é a mesma forma com a qual vocês [outros países] devem esperar ser tratados."

O presidente eleito afirmou no final de novembro que vai impor tarifas de 25% sobre produtos do México e do Canadá no seu primeiro dia de governo, além de aumentar em 10% as taxas aplicadas à China. Ele tomará posse em 20 de janeiro de 2025. A justificativa do republicano é que os países vizinhos não estão combatendo o tráfico de drogas a migração ilegal para os Estados Unidos.

Site:

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrazil/>

Governo vê dívida chegar a 81,8% do PIB em 2027

THAIS BARCELLOS thais.barcellos@bsb.oglobo.com.br

BRASILIA

O governo Luiz Inácio Lula da Silva atualizou as projeções para a dívida bruta e prevê crescimento até 2027, quando o total do endividamento do país será o equivalente a 81,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**), segundo o Relatório de Projeções Fiscais do 1º semestre de 2024, divulgado pelo Tesouro Nacional. Depois, o endividamento entraria em trajetória de queda, chegando a 75,6% do **PIB** em 2034.

A expectativa do Tesouro é que a dívida termine este ano em 77,7%, aquém do resultado até outubro, de 78,6% do **PIB**, segundo dados do Banco Central. Em 2023, a dívida foi de 74,4% do **PIB**.

O Brasil tem uma dívida considerada alta e cara quando comparado a outros países emergentes. A barreira dos 80% do **PIB** é considerada simbólica pelo mercado, e o próprio governo Lula já disse que não gostaria de superá-la.

As estimativas divulgadas ontem são maiores do que no último relatório do Tesouro, publicado em abril. No documento anterior, a expectativa era que o ponto mais alto da relação dívida/**PIB** seria em 2027, mas com percentual de 79,7%. Segundo o órgão, em média, a trajetória da projeção atual está 3,4 pontos percentuais acima da anterior, especialmente devido à Selic mais alta.

"O deslocamento para cima na trajetória da DBGG (dívida bruta do governo geral) desde o último relatório se deve à diferença na Grade de Parâmetros Macroeconômicos, especificamente à projeção de uma taxa de juros mais alta, principalmente nos primeiros três anos do horizonte de projeções", diz o Tesouro, no relatório.

MEDIDAS DE ARRECADAÇÃO Mesmo essa trajetória maior depende de novas medidas de aumento estrutural de arrecadação, reconhece o Tesouro. Isso seria adicional às medidas já aprovadas e àquelas propostas no projeto de lei orçamentária de 2025, como o aumento na taxa de CSLL e na cobrança de Imposto de Renda (IR) sobre a distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP). São duas altas de **impostos** que o Congresso Nacional já sinalizou que

não aceita.

Para chegar ao cenário de referência, o órgão estima que novos esforços de, em média, 0,8% do **PIB**, serão necessários de 2026 a 2028. Caso contrário, a dívida bruta crescerá por mais tempo.

atingindo pico de 83,1% do **PIB** em 2028, e cederia para até 80,8% do **PIB** em 2034, 6,4 pontos do **PIB** acima do nível observado em 2023.

O relatório, porém, não considera os efeitos do pacote fiscal apresentado recentemente pelo governo e em tramitação no Congresso.

"Reitera-se que, no cenário de referência, a trajetória estimada para as despesas não adota como hipótese execução de despesa em nível inferior ao limite de despesas estipulado pelo Regime Fiscal Sustentável", diz o relatório.

O Tesouro pondera, contudo, que o esforço fiscal poderia ser alcançado de outras formas ou por uma combinação de diversas medidas, tais como ações arrecadatórias, revisões de gastos, redução das vinculações entre despesas e receitas, execução da despesa abaixo do limite financeiro (empenho), medidas de contingenciamento, entre outras.

As projeções deveriam ter sido atualizadas meses atrás, mas a divulgação sofreu atraso devido à greve dos servidores do Tesouro Nacional. Mas, nas informações complementares do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), já há indicação de que o governo atualizaria a projeção e passaria a prever uma dívida superior a 80% do **PIB**.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tesouro prevê dívida bruta a 81,8% do PIB até 2027

FERNANDA TRISOTTO BRASÍLIA

O Tesouro Nacional estima que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) vai subir até 2027, iniciando o processo de estabilização a partir de 2028, quando o índice estará em 81,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no País. Os dados constam da quinta edição do Relatório de Projeções Fiscais, divulgado ontem.

Este cenário indica piora em relação às projeções divulgadas na edição anterior do relatório, publicado em março, que mostravam a DBGG subindo em 2024 e em 2025 e começando um processo de estabilização a partir de 2026, quando o índice atingiria 78,1% do **PIB**. No final do atual governo, em 2026, o endividamento do País estará em 81,7% do **PIB**.

A Dívida Bruta do Governo Geral - que abrange os governos federal, estaduais e municipais, excluindo o Banco Central e as empresas estatais - é uma das referências para avaliação, por parte das agências de classificação de risco, sobre a capacidade de solvência do País. Quanto maior a dívida, maior o risco de calote.

Para a piora nas projeções do Tesouro pesaram o novo ciclo de aumento da taxa básica de juro (Selic) e o déficit primário (saldo negativo entre as despesas e a arrecadação do governo, sem contar juros da dívida pública e correção monetária).

"Devido ao nível mais alto dos juros nominais e do déficit primário, a DBGG/**PIB** deve registrar aumento de 3,3 p.p. (pontos percentuais) do **PIB** em 2024 em comparação com 2023 a despeito da contribuição do **PIB** freando esse aumento.

Em comparação com o relatório de março, o cenário para a DBGG mostra valores mais altos ao longo da trajetória, em função, principalmente, de uma taxa de juros mais elevada nos primeiros três anos da trajetória de projeções", diz o relatório.

Foram considerados alta real média do **PIB** entre 2024 e 2034 de 2,7%; avanço nominal médio da massa salarial de 7,9% ao ano; e redução da Selic até 2030, com estabilização em 6,4% ao ano.

O relatório diz ainda que, para estabilizar a dívida em

2026, neste cenário de referência, será preciso superávit primário de 0,7% do **PIB** em 2028 - assim a dívida ficaria em 81,8% do **PIB**, mesmo nível de 2027.

Piora

78,1% era a projeção do Tesouro em março para a relação dívida/**PIB** em 2026

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tesouro prevê dívida em 81,8% do PIB em 2027

Gilherme Pimenta e Jéssica Sant"Ana De Brasília

O Tesouro Nacional projeta que a dívida pública vai estabilizar somente em 2028, após atingir o pico de 81,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2027, segundo o relatório de projeções fiscais divulgado ontem. Apesar da piora em suas próprias projeções, as perspectivas do órgão ainda são bem melhores quando comparadas à mediana do mercado, que prevê dívida de 88,9% do **PIB** em 2028.

A projeção oficial mais recente do governo, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), indicava para estabilização da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) 2028, em 79,6% do **PIB**. O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, já havia antecipado ao Valor, no fim de setembro, que o órgão pioraria suas projeções a esses patamares.

Segundo o relatório, a DBGG deve encerrar este ano em 77,7% do **PIB**, ante 76,6% previsto na PLDO, enviado ao Congresso em abril. Em 2028, de acordo com as projeções do Tesouro, a DBGG inicia movimento decrescente e atinge 75,6% do **PIB** em 2034.

"Espera-se um aumento da DBGG/**PIB** de 3,3 p.p. em 2024 em comparação ao valor realizado em 2023. Essa alta esperada se explica, principalmente, pelo nível dos juros nominais, que seguem pressionando a dívida nos anos seguintes", assinalam os técnicos do Tesouro.

"As expectativas de resultados primários positivos e de redução dos juros/**PIB** serão determinantes para assegurar a trajetória de queda da DBGG/**PIB** no médio prazo para além das estimativas feitas no cenário de referência em questão", informa o Tesouro no relatório.

Essas projeções são feitas no chamado "cenário de referência", que considera o cumprimento das metas já sinalizadas pelo governo.

No chamado "cenário inicial", no qual o Tesouro desconsidera algumas medidas de arrecadação ainda não aprovadas, como aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, da alíquota do Imposto de Renda sobre Capital Próprio (CJP), a dívida atingiria 83,1% do **PIB** em 2028 e 2029, quando só em 2030

começaria a cair.

Segundo o Tesouro, um resultado primário equivalente a aproximadamente 0,7% do **PIB** em 2028 seria necessário para estabilizar a dívida em 81,8% do **PIB** naquele ano.

Além disso, os técnicos também assinalam que, após estabilizar a dívida, para reduzir a DBGG/**PIB** para 74,4% ao final de dez anos (o mesmo nível de dezembro de 2023) "calcula-se que seria necessário um resultado primário médio de 1,3% do **PIB** entre 2025 e 2034, exigindo um esforço fiscal ainda maior do que o previsto no cenário de referência".

As projeções oficiais do governo são bem mais otimistas do que as do mercado, que não prevê uma estabilização no médio prazo. Segundo a mediana do Boletim Focus, do Banco Central, divulgado ontem, o mercado prevê uma dívida em 78,3% do **PIB** ao fim deste ano. Em 2033, por exemplo, os agentes econômicos projetam que a DBGG estará em 93,1% do **PIB**, ante 77,3% da previsão do Tesouro Nacional.

"As projeções veiculadas pelo governo são irrealistas. Estamos muito distantes de entregar a meta zero, no ano que vem", avaliou o economista Felipe Salto, sócio da Warren Rena.

"Aqui, me refiro ao zero real, para valer. Sim, porque se for para considerar precatórios extra regras fiscais e banda inferior, o governo poderia entregar um déficit de até R\$ 75,1 bilhões e ainda cumprir a lei", complementou.

Para o próximo ano, por exemplo, o relatório de projeções fiscais prevê a DBGG em 79,7% do **PIB**, ante 81,9% da mediana do Focus.

"A questão é que, para reequilibrar a dívida/**PIB**, permitir um novo ciclo de redução de juros a médio prazo e aplacar o quadro de descontrole, a tarefa começa agora. Será preciso ir muito além do pacote fiscal, que neste momento corre risco de desidratação no Congresso", avaliou o economista da Warren.

Pelo lado do resultado primário, o Tesouro prevê que o centro da meta fiscal de 2025 poderá ser atingido com um esforço fiscal de apenas 0,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o equivalente a R\$ 17,9 bilhões em

receitas adicionais. Por outro lado, as metas de 2026 a 2028 podem ser descumpridas, caso o governo não seja bem-sucedido no esforço fiscal adicional.

Felipe Salto

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188071>

A necessidade de incremento nas receitas é da ordem de 0,7% do **PIB** em 2026, 0,8% do **PIB** em 2027 e 1% do **PIB** em 2028. Os percentuais consideram a arrecadação bruta, antes de transferência para Estados e municípios.

O Tesouro explica que as projeções para os anos de 2025 e 2026 não consideram os valores que serão pagos de precatórios fora da meta, por autorização do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ainda no relatório, a secretaria do Ministério da Fazenda previu que o limite de despesas do Orçamento vai ter alta real de 2,5% por ano até 2034, ou seja, no limite máximo permitido pelo arcabouço fiscal. No documento anterior, divulgado em março, o Tesouro previa crescimento real médio de 2,2% do limite de despesas entre 2024 e 2034.

Apesar desse crescimento das despesas ao longo do tempo, os gastos discricionários - não obrigatórios, que incluem investimento e custeio da máquina pública - ficarão cada vez mais pressionados. A previsão é que as discricionárias do Executivo caiam de 1,7% do **PIB** em 2024 para 0,9% em 2034, pressionadas pelos gastos obrigatórios, que vão consumir quase a totalidade do limite de despesas.

A situação piora quando a projeção é para as chamadas as despesas discricionárias não rígidas, ou seja, exceto emendas parlamentares e pisos de saúde e educação, que têm execução obrigatória. A projeção do Tesouro é que o espaço para esses gastos praticamente acabará em 2032, quando está estimado em apenas R\$ 3 bilhões. Isso porque o espaço fiscal será todo consumido pelas despesas obrigatórias e pelas discricionárias rígidas (emendas e pisos).

O achatamento dos gastos não rígidos começa a ser visto com mais intensidade em 2027, quando terá apenas R\$ 70 bilhões.

Técnicos do governo costumam apontar que esse valor é o mínimo necessário para o governo funcionar e investir. Ou seja, a partir de 2028, o governo já teria dificuldades para manter a máquina pública funcionando.

Em 2033 e 2034, o dinheiro acabaria totalmente.

Tesouro estima que espaço para gasto discricionário não rígido irá se esgotar em 2032

"As projeções veiculadas pelo governo são irrealistas"

PIB recuou em outubro, vê FGV Ibre

Alessandra Saraiva Do Rio

A economia brasileira recuou 0,5% em outubro ante setembro, na leitura do Monitor do **PIB**, indicador que mensura ritmo de atividade econômica brasileira, anunciado ontem pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Ao mesmo tempo, o mesmo indicador sinaliza possibilidade de expansão de **PIB** acima de 3,5% em 2024, na análise do economista Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais (NCN) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). Ele comentou que, em 12 meses até outubro, o monitor mostrou alta de 3,4% na atividade econômica.

No entendimento de Considera, o recuo no indicador foi causado por impactos sazonais e não representa o atual momento da economia brasileira, que opera em trajetória de crescimento.

"A economia está muito bem", disse.

O especialista notou que o indicador acumulado em 12 meses do monitor é mais adequado para mensurar tendências na atividade econômica. Ele destacou os resultados acumulados em 12 meses até outubro dos componentes da economia brasileira.

Nesse período, pelo lado da demanda, o consumo das famílias subiu 4,9% em 12 meses até outubro, pela ótica do monitor.

O consumo do governo também subiu nesse período, com alta de 2,9%. Pelo lado da oferta, houve aumentos de 5,2% na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que representa os investimentos na economia; e de 3,7% tanto em serviços, que representa quase 70% do **PIB**; quanto em indústria "Tudo está subindo", resumiu.

O técnico comentou ainda sobre a contribuição negativa, do comércio exterior. Em 12 meses até outubro, as exportações crescer 4,3% mas as importações avançam a ritmo mais ágil, com aumento de 12,7%. Mas, notou o técnico, as importações sobem também devido ao bom momento da indústria, que acaba por elevar ritmo de compras externas de máquinas e equipamentos.

Uma das razões apontadas por ele para o atual momento de economia aquecida foi o mercado de trabalho aquecido. Com emprego em alta, desemprego em queda, e renda com sucessivos

aumentos, isso ajuda a aquecer consumo interno, salientou. À medida que a demanda interna cresce, isso estimula vendas do varejo e eleva ritmo de encomendas à indústria, comentou.

Quando questionado se o quadro atual de economia aquecida, sinalizado pelo monitor até outubro, poderia continuar até 2025, ele foi cauteloso. O técnico lembrou o recente novo ciclo de aperto monetário, firmado pelo Banco Central. Recentemente, o Conselho de Política Monetária (Copom), elevou a taxa básica de juros (Selic), que norteia juros de mercado. "Os juros em alta vão atrapalhar um pouco o crescimento", comentou.

No entanto, salientou que a decisão do Banco Central visa combater **inflação** de demanda, originada de um cenário de consumo aquecido e "com **inflação** não se brinca".

Assim, no entendimento do especialista da FGV, o ritmo da economia no ano que vem dependerá do impacto dos juros mais elevados na cadência do consumo brasileiro - que é, hoje, o motor do atual momento aquecido da economia.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188071>

Substituição tributária do IBS e CBS e a Constituição (Artigo)

Maurício Barros

Aprovação do PLP 68/2024 pelo Senado, em 12/12, foi mais um passo importante rumo à simplificação da tributação indireta brasileira. Embora a transição entre os anos de 2026 e 2032 aumente o nível de complexidade em curto e médio prazos, diante da coexistência de dois regimes, há uma expectativa de um sistema mais simples após percorrido o período de transição (ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2033).

Contudo, a inclusão no PLP da possibilidade de instituição de substituição tributária para a frente (ST) do IBS e da CBS trouxe uma desagradável surpresa e muita apreensão ao final da votação. Embora essa possibilidade constasse da Exposição de Motivos do PLP, poucos acreditavam que o deficiente instituto, amplamente utilizado no ICMS, poderia ter uma sobrevida, justamente por todos os problemas que causa no imposto estadual.

Nesse contexto, são muitas as razões para que a ST não seja aplicada ao IBS e à CBS, sobretudo pelas diretas violações a novos princípios e regras positivados pela EC 132/2023.

A mais evidente dessas inconstitucionalidades, sem sombra de dúvidas, é a violação ao princípio da simplicidade.

Isso porque o atual sistema impõe aos contribuintes sujeitos ao ICMS-ST um complexo mecanismo de constantes mudanças de bases presumidas, deficientes processos de ressarcimento, inúmeras obrigações acessórias atreladas e acúmulos de créditos, em um sistema que aumenta em muito a burocracia e o tempo para que as empresas cumpram suas obrigações.

Ainda que a centralização da nova ST no CGIBS e na RFB possa ser mais simples do que o pulverizado regime atual, fato é que agregará uma altíssima carga de complexidade a um novo sistema que pretendia ser simples. Basta lembrar que não apenas as bases de cálculo serão presumidas, tal como hoje ocorre com o ICMS-ST, mas também as alíquotas do IBS, considerando o princípio do destino e a possibilidade de distintas alíquotas instituídas pelos entes. Nesse contexto, qual alíquota aplicar no IBS-ST?

Será a alíquota padrão?

Ainda com relação ao princípio do destino, poderá haver uma dificuldade de se destinar adequadamente a arrecadação do IBS ao estado e ao município de consumo final do bem, sobretudo nas cadeias de consumo em que os produtos percorrem muitas etapas até chegar ao consumidor final, o que pode ameaçar o pacto federativo.

Além disso, diante do desconhecimento quanto ao local de consumo final do bem, será necessário fixar uma base de cálculo presumida nacionalmente, que necessariamente deverá espelhar o preço usualmente praticado, o que demandaria a realização de pesquisas em todos os estados e esforços ainda maiores do que hoje se vê com o ICMS para a obtenção dessas médias de preços. Mais um ponto contra a simplicidade.

O novo princípio da transparência também pode ser ameaçado, já que a carga tributária de IBS e CBS incidente nos produtos sujeitos à ST não necessariamente estará informada nos documentos fiscais emitidos para o consumidor, pois a informação pode ser perder no percurso.

A mesma dúvida se aplica à efetividade do cashback, cuja implementação pode ser dificultada com a ausência de informação precisa dos **tributos** nos documentos fiscais. Nesse ponto, é o combate à regressividade, também um novo princípio instituído pela EC 132/2024, que pode ser mitigado.

Preocupa também o silêncio do PLP 68/2024 quanto à aplicação do art. 150, § 7º, da CF/88, que garante a restituição do tributo caso não ocorra o fato gerador presumido ou caso a venda a consumidor final ocorra por valor inferior ao presumido, conforme garantido pelo STF. A ausência dessa previsão expressa deixa margem para que o CGIBS e a RFB não regulamentem essa restituição, o que acrescentaria mais uma inconstitucionalidade ao sistema.

Esse mesmo dispositivo (art.

150, § 7º), aliás, impõe que apenas lei pode atribuir a sujeito passivo a condição de substituto, não "ao conjunto" do CGIBS e da RFB, o que mitiga o princípio da legalidade.

Outro ponto negativo é o reflexo da ST nas bases do ICMS entre 2029 e 2032, já que o IBS-ST e a CBS-ST cobrados dos substitutos serão custo para as etapas seguintes da cadeia de circulação dos produtos e, portanto, comporão as bases de cálculo do imposto estadual.

Embora os itens potencialmente sujeitos ao IBS-ST e à CBS-ST, na maioria dos Estados, já conte hoje com ICMS-ST, o que faria com que todos os **tributos** recolhidos por substituição (ICMS, IBS e CBS) possam incidir nas mesmas operações, fato é que operações interestaduais iniciam novas cadeias de incidência do ICMS nos estados de destino, incidências essas que terão o IBS-ST e a CBS-ST recolhidos anteriormente compondo indiretamente suas bases.

Por fim, até mesmo a neutralidade poderia ser ameaçada, eis que a ST apenas na venda a varejistas, conforme possibilidade prevista no PLP, poderá desencadear um movimento de faturamento ao consumidor final centralizado em etapas anteriores (indústria ou atacado), figurando o varejo como uma espécie de "show room" apenas para evitar os transtornos da ST. Embora seja bastante improvável que isso ocorra nos setores incluídos no PLP 68, pode ser uma realidade se a lista for ampliada.

Nesse ponto, vale lembrar que, embora sejam poucos os itens citados no PLP como sujeitos à ST, essa foi a realidade do ICMS-ST por décadas, até que, no final dos anos 2000, houve um grande incremento nos setores incluídos no regime. Nada impede que esse movimento se repita com os novos **tributos**.

Por tudo isso, deve ser rechaçada a tentativa de instituição da substituição tributária sobre o IBS e a CBS.

Maurício Barros é sócio da área tributária do Cescon Barriou Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico.

O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

AGE recupera R\$ 1,373 bi de impostos sonegados

A Advocacia-Geral do Estado (AGE) já recuperou, em 2024, mais de R\$ 1,373 bilhão de **impostos** sonegados para o caixa estadual. Trata-se de quantia recorde no âmbito da dívida ativa (tributária e não tributária) em Minas Gerais.

O valor de R\$ 1,373 bilhão será superior pois o montante não inclui a quantia recuperada em dezembro, a qual só será divulgada em janeiro de 2025. Ainda assim, a cifra já é 51,7% acima da apurada no acumulado nos 12 meses de 2023 (R\$ 905 milhões).

O advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro, destaca que parte do resultado é a sinergia interinstitucional no esforço de recuperar o dinheiro sonegado dos mineiros.

"Este resultado mostra que a AGE está desempenhando bem o seu papel de proteção ao erário. É fruto também da parceria interinstitucional e cito aqui a Secretaria de Estado de Fazenda, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público de Minas Gerais e os demais atores do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos, o Cira", ressalta.

A procuradora-chefe da Procuradoria da Dívida Ativa e Assuntos Tributários (PDAT) da AGE-MG, Maria Clara Teles Terzis Castro, enfatiza que o resultado de 2024, mesmo que parcial, é histórico, sobretudo, porque este exercício não teve grandes campanhas para a amortização de dívidas.

"Isso mostra que o trabalho dos procuradores do Estado, em parceria com os servidores lotados na AGE e nas instituições do Cira, foi essencial para a recuperação de um volume tão expressivo, o maior da história de Minas Gerais. Importante reforçar que este recurso vai ajudar a financiar políticas públicas em diferentes áreas", disse.

Precatórios - Os esforços da AGE ajudaram o governo de Minas a reduzir sua dívida líquida com precatórios em quase R\$ 1,8 bilhão no acumulado dos últimos cinco anos, de R\$ 4,479 bilhões (2020) para R\$ 2,709 bilhões (2024).

Previstos na Constituição, precatórios são requisições de pagamentos expedidas pelo Judiciário, após decisões transitadas em julgado, contra algum ente

público (União, Estado, município, suas autarquias ou fundações).

A procuradora-chefe da Procuradoria do Tesouro, Precatórios e Trabalho (PTPT) da AGE, Karen Cristina Barbosa Vieira, explica que o resultado se deve, sobretudo, aos aportes feitos pelo Estado para a redução da dívida e ao empenho da instituição em fomentar os chamados acordos diretos em precatórios.

"Trata-se de uma modalidade, prevista na legislação, em que o Estado oferece ao credor a possibilidade de receber o valor antecipadamente, oferecendo como contrapartida um deságio entre 20% e 40%", explicou a procuradora-chefe.

Os acordos diretos são homologados no âmbito da Central de Conciliação de Precatórios do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Ceprec/TJMG).

Para participar dos acordos diretos, é preciso se inscrever no site do TJMG quando os editais para esta finalidade são abertos.

"Há um edital em aberto atualmente. Até 30 de dezembro, os credores interessados em participar dos acordos poderão se inscrever. Para este edital, por exemplo, o Estado de Minas Gerais reservou R\$ 120 milhões", acrescentou a procuradora-chefe.

Em 2021, o Estado reservou R\$ 580 milhões para pagamentos em acordos diretos. Em 2022, R\$ 250 milhões. Em 2023, R\$ 360 milhões. Em 2024, R\$ 300 milhões, incluindo o atual edital em aberto.

"O pagamento dos precatórios pelo Estado reforça o respeito do governo de Minas ao cumprimento das decisões judiciais. Os acordos diretos representam mecanismos de recebimento mais célere para os credores, com economia para os cofres públicos", disse o advogado-geral adjunto para o contencioso, Fábio Murilo Nazar.

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edic-ao-de-17-12-2024/>

Dólar bate R\$ 6,09 e atinge maior cotação

Mesmo após dois leilões extraordinários de câmbio feitos pelo Banco Central (BC) ontem, o dólar fechou no maior valor nominal da história, encerrando o pregão com disparada de 1,03%, cotado a R\$ 6,091.

A autoridade monetária injetou US\$ 4,6 bilhões no mercado de câmbio nesta segunda, mas isso não foi o suficiente para conter a alta da moeda. Esta foi a quarta intervenção do BC em menos de uma semana com o objetivo de controlar o avanço do dólar.

O real foi a moeda que mais se desvalorizou entre as moedas dos países emergentes e entre as principais moedas do mundo. Já a Bolsa fechou com forte queda de 0,84%, aos 123.560 pontos.

Ainda que o valor de R\$ 6,09 seja recorde na base nominal - a que desconsidera a **inflação** do cálculo -, a maior cotação real foi atingida em setembro de 2002, na esteira da primeira eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Corrigido pela **inflação**, o valor do dólar naquela ocasião seria hoje o correspondente a R\$ 8,75.

A conta, feito pela consultoria Elos Ayta, considera a cotação da Ptax - a taxa de câmbio calculada pelo BC - e ajustes pela **inflação** brasileira (IPCA) e norte-americana (CPI) até novembro de 2024.

Incertezas fiscais e desconfiança

Analistas consultados pela reportagem avaliam que a alta do dólar persiste devido às incertezas fiscais e à falta de confiança dos investidores na condução econômica do governo brasileiro.

Apesar das intervenções do BC com leilões, para os especialistas, os problemas estruturais, como a ausência de um plano fiscal robusto e consistente, continuam a alimentar a pressão sobre o câmbio.

Rodrigo Miotto, gerente de câmbio da Nippur Finance, explica que os leilões do BC têm efeito de curto prazo, ajudando a conter a volatilidade, mas não são suficientes para resolver problemas econômicos estruturais. "É um remédio apenas para tratar o sintoma, mas não a causa da dor."

Nesta segunda, apenas em dos leilões extraordinários de dólares à vista, o BC vendeu aproximadamente US\$ 1,6275 bilhão. Em **comunicado**, a autarquia monetária disse que foram aceitas 18 propostas entre 9h35 e 9h40 no pregão não programado e que a taxa

de corte foi de 6,0400.

Esse foi o maior valor injetado pelo BC no mercado em um único leilão de dólares à vista desde 10 de março de 2020, quando foram vendidos US\$ 2 bilhões.

Na sequência, a autoridade monetária vendeu US\$ 3 bilhões com compromisso de recompra, no chamado leilão de linha. Foram aceitas seis propostas, entre 10h20 e 10h25, no valor total ofertado. O BC comunicou que a taxa de corte do leilão foi de 6,010000%

As operações serão liquidadas na próxima quarta-feira (18), e a re-compra de dólares está prevista para 6 de março de 2025. A realização do leilão de linha tinha sido programada pela autoridade monetária na última sexta-feira (13).

Na prática, a injeção de dólares no mercado é como forma de atenuar disfuncionalidades nas negociações e diminuir a cotação, seguindo a lei da oferta e demanda.

Apesar de o BC não ter dito o motivo dos leilões, eles ocorrem em meio à crescente desvalorização do real, com o dólar fechando acima de R\$ 6 na maior parte das sessões deste mês, em meio à reação negativa do mercado financeiro ao duplo anúncio do governo de um pacote fiscal e de uma reforma do Imposto de Renda.

Ao fim de novembro, o futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse que o BC inter-viria apenas se houvesse disfuncionalidades no mercado cambial (Da folhapress).

Site:

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrazil/>

Mesmo com intervenções do BC, dólar sobe 1% e bate novo recorde

COM ANTONIO PEREZ

Novas críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Banco Central e a piora das perspectivas do Tesouro para a dívida do governo se somaram ontem a um cenário já nada bom e fizeram o dólar bater um novo recorde histórico desde a criação do real. Mesmo com duas intervenções do BC durante as operações, a moeda americana fechou o primeiro dia da semana cotada a R\$ 6,09, com alta de 1,03% em relação a sexta-feira. Foi a terceira valorização consecutiva do dólar, que segue indiferente às ações da autoridade monetária para tentar conter a desvalorização do real.

Segundo analistas, além da procura por dólares para remessas de empresas ao exterior, há uma demanda por proteção cambial que reflete o aumento da percepção de risco fiscal do País.

A demora na apreciação das medidas de cortes de gastos pelo Congresso, em uma janela cada vez menor de prazo, e as pressões para que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entre em campo para evitar desidratação do pacote são parte importante desse cenário desfavorável à moeda brasileira.

Além de serem consideradas insuficientes, as medidas de contenção de gastos do governo podem ser diluídas no Congresso, que tem prazo exíguo para aprová-las ainda neste ano. O recesso parlamentar começa no dia 23 e vai até 1.º de fevereiro de 2025.

"O dólar segue em tendência de alta, que está muito ligada à questão do risco, com as incertezas fiscais e a piora nas estimativas de **inflação**. Isso afasta investimentos do País.

Mesmo com o BC atuando, o real continuou a se depreciar", diz a economista-chefe do Ouribank, Cristiane Quartaroli, lembrando que há ainda um clima de cautela à espera da decisão do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) sobre o rumo dos juros nos EUA.

Pela manhã, o BC realizou dois leilões de dólares à vista com compromisso de recompra, em operações que somaram US\$ 4,62 bilhões (R\$ 28,2 bilhões). Foi o terceiro dia útil seguido com leilões de dólares desde a quarta-feira da semana passada, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) apertou o passo e

aumentou a taxa básica de juro (Selic) em um ponto percentual, para 12,25%, sinalizando mais duas outras altas de mesma magnitude.

O choque nos juros é uma tentativa de conter a **inflação** diante da desconfiança do mercado quanto à disposição do governo de equilibrar suas contas.

DÍVIDA MAIOR. Ainda ontem, o Tesouro Nacional divulgou relatório em que aponta a piora do grau de endividamento do governo nos próximos anos, tendo como pano de fundo a deterioração das condições resultante do novo ciclo de alta do juro e do acúmulo de resultados negativos entre as despesas e a arrecadação do governo - o chamado déficit primário (mais informações na pág. B4).

Morosidade

Dificuldade do governo em fazer avançar pacote de gastos no Congresso também pesa contra o real

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projeção para inflação de 2025 sobe pela 9ª vez

CÍCERO COTRIM BRASÍLIA

O mercado financeiro voltou a elevar as projeções para a **inflação** no Brasil. A mediana do relatório Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, para o IPCA de 2025 subiu pela nona semana consecutiva, passando de 4,59% para 4,6% - acima do teto da meta, de 4,5%. Um mês atrás, a projeção era de 4,12%.

A partir do ano que vem, a meta será contínua, apurada com base no IPCA acumulado em 12 meses. O centro da meta permanece em 3%, com tolerância de 1,5 ponto porcentual para mais ou menos (1,5% a 4,5%). Se a **inflação** ficar acima ou abaixo do intervalo de tolerância por seis meses consecutivos, o BC terá descumprido o alvo.

A estimativa intermediária para a **inflação** de 2024, por sua vez, passou de 4,84% para 4,89%, também acima do teto, de 4,50%. Quatro semanas atrás, estava em 4,64%.

No Focus, a mediana para a **inflação** de 2026 continuou em 4%, interrompendo uma sequência de seis semanas de alta.

A projeção para 2027 avançou de 3,58% para 3,66%, o segundo aumento consecutivo.

SELIC. A mediana do relatório Focus para a Selic no fim de 2025 saltou de 13,5% para 14%, no primeiro boletim divulgado após a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), na quarta-feira passada. O colegiado elevou os juros em 1 ponto porcentual, de 11,25% para 12,25%, e sinalizou mais dois aumentos da mesma magnitude - que levariam a taxa a 14,25% em março do ano que vem, o maior nível desde 2016.

O relatório informa que a mediana de expectativa do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2024 subiu de 3,39% para 3,42%, quarta alta consecutiva.

Relatório Focus

Mediana de expectativas para IPCA sobe a 4,6% no ano que vem, ante 4,59% da pesquisa anterior

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad é avisado de que vai precisar atuar na Câmara para manter pacote

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi alertado por lideranças do Congresso de que precisará entrar em campo para evitar que o pacote de corte de gastos enviado pelo governo seja desidratado durante a sua tramitação na Câmara e no Senado nesta semana.

Segundo relatos obtidos pelo Estadão, Haddad recebeu telefonema de uma liderança parlamentar com o alerta, especialmente depois da forte piora dos indicadores financeiros da economia brasileira nos últimos dias. Há no Congresso a sensação de que é melhor a Fazenda conduzir esse processo de negociação, para atenuar riscos e evitar perdas maiores, do que ser surpreendida caso a tramitação corra sem controle.

Ontem, o Banco Central fez leilões de dólar e ainda assim a cotação da moeda americana continuou em alta, e houve forte aumento dos juros negociados pelo mercado para carregar a dívida do Tesouro Nacional.

Embora o Ministério da Fazenda entenda que o pacote fiscal seja duro, com mudanças que atingem o salário mínimo, abono salarial e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outras, a pasta não descarta o envio de propostas adicionais de ajuste para as contas públicas. Isso só vai acontecer, contudo, depois da tramitação e aprovação das medidas enviadas.

O foco da equipe econômica neste momento é evitar a desidratação das medidas, que podem atingir, como mostrou o Estadão, o BPC, o Fundo Constitucional do DF e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), além dos supersalários e limitação da compensação de créditos tributários.

CONTRADIÇÃO. A interlocutores, Haddad tem dito que não faz sentido o Congresso reclamar que o pacote fiscal é frágil, para logo em seguida propor medidas que afrouxem ainda mais as regras. Essa tendência só reforça, na visão do ministro, a ideia de que o ajuste é sólido e que havia pouco espaço político para propostas mais duras.

Sobre a deterioração dos indicadores financeiros, principalmente dólar e juros futuros, técnicos da Fazenda e do Tesouro Nacional entendem que o mercado está "exagerando" na precificação e que não

há fundamentos que justifiquem uma disparada tão forte.

A indicação interna dada pelo ministro é de que este momento de turbulência é atípico e de que há uma "ação orquestrada" por parte de alguns agentes do mercado financeiro, que teriam, na sua visão, um viés político que estaria contaminando a análise técnica.

Por isso, leitura é de que esse pior momento vai passar e de que é preciso acreditar na eficácia das medidas apresentadas para a recuperação da confiança.

MÍNIMO. Os esforços governistas na Câmara serão concentrados no projeto que altera as regras de indexação do salário mínimo, já que o novo valor precisará entrar em vigor no dia 1.º de janeiro, para se conseguir uma economia em torno de R\$ 5,3 bilhões.

Hoje, o salário mínimo é corrigido pela **inflação** do ano anterior, mais a variação do **PIB** de dois anos antes. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quer manter essa vinculação, mas estabelecendo um teto de 2,5% e um piso de 0,6% para o aumento, ou seja, seguindo a mesma regra do arcabouço fiscal.

O mínimo de 2025 está atrelado ao crescimento do **PIB** de 2023, que ficou em 3,2%, segundo o IBGE. Se o governo conseguir alterar a regra antes da virada do ano, o crescimento será de 2,5%, o que representará uma economia de R\$ 5,3 bilhões, pelas contas do economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos.

"Se não mudar a regra até o final deste ano, o governo terá de seguir a legislação vigente, que determina a correção pelo **PIB** de 2023. A nova regra faria com que o salário mínimo fosse R\$ 1.515, e não R\$ 1.526. Essa diferença representa uma economia de R\$ 5,3 bilhões."

"Se não mudar a regra até o final deste ano, o governo terá de seguir a legislação vigente, que determina a correção pelo **PIB** de 2023. Essa diferença representa uma economia de R\$ 5,3 bi" Tiago Sbardelotto XP Investimentos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Por meta fiscal, governo vai ter de fazer ajuste mais duro em 2025

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

Orçamentárias para o próximo ano

O relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 no Congresso Nacional vai trazer um dispositivo que obriga o governo federal a mirar apenas no centro da meta fiscal até outubro de 2025, sem considerar o piso inferior da banda que permite um ajuste mais frouxo nas contas públicas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A meta de resultado primário (saldo entre receitas e despesas, sem considerar os juros da dívida) estabelece um déficit zero nas contas públicas em 2025.

Mas há uma tolerância equivalente a 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para mais ou para menos - o que, na prática, permite um déficit de R\$ 30,97 bilhões no ano que vem.

Em 2024, o governo usou essa tolerância para diminuir a necessidade de congelamento de despesas, afrouxando o controle das contas públicas. Essa prática de mirar no limite inferior da meta vem recebendo críticas de analistas do mercado, de consultorias de Orçamento do Congresso e do próprio Tribunal de Contas da União (TCU).

A cada dois meses, o governo faz uma avaliação do comportamento das receitas e despesas para definir se há necessidade de congelamento no Orçamento (contingenciamento, como é chamado tecnicamente) para cumprir a meta fiscal.

Isso acontece, por exemplo, quando a arrecadação não vem como era esperado.

Com a nova regra da LDO, até o quinto bimestre do ano (outubro de 2025), o governo terá de mirar no centro da meta, ou seja, no déficit zero, o que poderá exigir cortes maiores. O governo só poderá considerar a banda inferior a partir desse período.

O projeto da LDO deve ser votado hoje na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e depois seguirá para o plenário do Congresso, com previsão de votação até quinta-feira.

Perspectiva

Projeção consta no relatório da Lei de Diretrizes

Pacote fiscal: relator quer manter bloqueio de até 15% em emendas

THAÍS BARCELLOS E GABRIEL SABÓIA

O deputado Átila Lira (PP-PI), relator do projeto de lei complementar do pacote fiscal, quer manter a proposta enviada pelo governo em relação a emendas parlamentares para cumprir as regras fiscais. O projeto autoriza o contingenciamento e bloqueio das verbas na mesma proporção aplicada às despesas discricionárias (sobre as quais o governo decide), mas limitado a 15%. O relator reconhece que o ponto é polêmico e pode ser alvo de emendas no plenário.

- Minha ideia é manter o percentual enviado pelo governo -disse ao GLOBO.

O contingenciamento de gastos ocorre quando há frustração de receitas e visa cumprir a meta de resultado primário, que em 2024 e 2025 é zero com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) para cima ou para baixo. Já o bloqueio ocorre quando as despesas superam o limite de gastos do arcabouço fiscal.

Dado o forte crescimento das despesas obrigatórias, o bloqueio tem sido mais comum e é mais difícil de ser revertido. Há R\$ 17,6 bilhões em recursos bloqueados no Orçamento deste ano e nenhum montante contingenciado. No projeto que ajustou as regras de emendas, o governo já havia tentado estabelecer a autorização para o bloqueio, mas esse trecho foi retirado do texto final pelos congressistas.

Em relação ao parecer, o deputado disse que aguarda proposta do governo em relação à limitação de créditos tributários até 2030 em caso de déficit nas contas públicas: -Por mim, tiraria esse trecho, mas é importante para o governo e estou esperando a proposta, mas com certeza diminuir o tempo. Prejudica muito o setor produtivo.

Além disso, será feito ajuste para restringir o uso do superávit financeiro de alguns fundos. Na quinta-feira, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse que a intenção é mudar o texto para que fique claro que esses recursos só poderão ser usados para abater a dívida pública.

O relator do projeto que muda o Benefício de Prestação Continuada (BPC) como parte do pacote fiscal, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), disse que

o texto será apresentado hoje e que a votação deve ocorrer na quarta-feira -depois, a proposta ainda precisa passar pelo Senado Federal.

O projeto limita o crescimento real do salário mínimo a no máximo 2,5%. O BPC é pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

- Até agora, a única discussão que tive com o Senado é cronológica, para fazer chegar lá. Depois de alinhado aqui na Câmara, apresentarei ao Senado, para acordo. Preciso manter a justiça social e a segurança jurídica para este benefício -disse.

A resistência vem inclusive do PT, partido do presidente. Estão em debate temas como o conceito de benefício, a composição da renda e a vedação de dois benefícios na mesma família. As mudanças no BPC devem render economia de R\$ 12 bilhões até 2030, segundo as estimativas oficiais.

Isnaldo afirma que o texto precisa contemplar "quem realmente precisa" do benefício.

-Não podemos achar que o crescimento de 17% do BPC, registrado em um período de 12 meses, é orgânico -disse, após reunião de líderes.

Para conter o crescimento do gasto com o benefício, que vem chamando atenção, uma das idéias da equipe econômica é alterar os cálculos de renda pessoal e familiar que definem se determinado candidato tem ao BPC. O governo quer impedir que mais de um familiar receba o pagamento na mesma casa.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Credibilidade será crucial para o mercado de carbono

Mônica Magnavita Para o Valor, do Rio

O mercado de carbono regulado no Brasil, finalmente instituído neste mês, pela Lei 15.042, tem méritos capazes de alavancar recursos para proteção ambiental e de estimular a descarbonização da economia, tornando mais ágil a redução de emissões de gases de efeito estufa na indústria. Ao unir as agendas ambiental e econômica, o novo mercado nasce ampliando oportunidades, na avaliação de especialistas e autoridades que participaram do "Fórum Valor Mercado de Carbono no Brasil", em São Paulo, nesta segunda-feira (16).

O mercado entra em vigor para setores obrigados a diminuir emissões a partir de 10 mil toneladas/ano, de forma gradativa. Com isso, deve abarcar 15% das emissões brasileiras. Cinco mil empresas estão nessa relação, como as da indústria de energia e cimento.

Criado pela recente legislação, o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE) definirá limites de emissões de gases de efeito estufa. Com base nesse limite, os participantes poderão negociar as Cotas Brasileiras de Emissão (CBE) e a emissão do Certificado de Redução ou Remoção Verificada de Emissões (CRVE), que atestam a efetividade do projeto de descarbonização.

"O modelo dialoga com o que está sendo feito no mundo, tem mecanismos de regulação de preços e prepara o Brasil para o momento em que vamos discutir a internacionalização do mercado de carbono", diz Guilherme Mello, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, participante de um dos painéis ao lado de Ana Toni, secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA), e do deputado Aliel Machado (PV/PR), que foi o relator do projeto na Câmara. Segundo Mello, o CRVE pode ser uma porta de integração global dos mercados de carbono. "Em relação ao preço, há a possibilidade de regular o uso do offset [o que o mercado regulado pode comprar do voluntário] no ambiente doméstico. Se o mercado regulado ficar caro, pode-se permitir algum tipo de offset para regular preços", diz.

Ana Toni também vê com bons olhos a nova lei sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas chamou atenção para questões que podem

prejudicar sua efetividade. "Teremos que assegurar sua integridade, porque, sem integridade, o mercado pode ser péssimo para a mudança do clima.

Pode-se vender crédito de carbono sem valor nenhum em termos de perspectiva climática", diz.

Segundo ela é fundamental assegurar aos projetos credibilidade para demonstrar que houve redução ou remoção de carbono. "Podemos vir a criar um mercado ótimo economicamente para alguns setores, mas que não cumpra o objetivo de acelerar a descarbonização.

O preço tem que desestimular a pessoa de continuar poluindo. Se for barato, ela comprará um crédito de carbono, porque será menos custoso do que mudar sua empresa", diz. O mundo só passará a adquirir créditos brasileiros, a seu ver, se o país comprovar a redução de suas emissões.

O agronegócio, nessa primeira fase, ficou de fora, diante das dificuldades de se chegar a metodologias para aferições de emissões. Já a indústria brasileira apoiou sua entrada no mercado regulado como meio para que seus produtos não sofram restrições econômicas nas transações externas.

Aliel Machado ressaltou que o mercado regulado chega como um instrumento de ampliação da proteção do clima do Brasil, unindo esse conceito ao da lógica de mercado de remuneração por boas práticas ambientais. Além disso, atuará lado a lado com o mercado voluntário, no qual empresas e setores não regulados poderão adquirir crédito de carbono, o que, no fim da linha, contribuirá com a estratégia do governo de combate ao desmatamento.

A participação do Ministério da Fazenda no processo está diretamente ligada ao Plano de Transformação Ecológica, elaborado pela equipe do ministro Fernando Haddad. O mercado regulado, segundo Mello, ao lado da elaboração de uma taxonomia verde (dicionário que apontará o que é prática sustentável e o que não é), complementa a política do governo de reduzir a pegada de carbono da economia brasileira.

Os próximos passos incluem fase de preparação das empresas e do governo, que criará um comitê interministerial com a missão de fornecer diretrizes ao

processo. "Esperamos que entre 2025 e 2026 consigamos fazer toda a infraestrutura legal para que o mercado regulado possa começar a operar. Ele vem de mãos dadas com a taxonomia, muito importante para evitar o "greenwashing", ações que se dizem sustentáveis, mas não são. É importante que tanto o mercado quanto a taxonomia sejam reconhecidos internacionalmente como sistemas sérios", diz Mello.

A inclusão do mercado voluntário na lei que instituiu o regulado veio como estímulo para manter as florestas em pé e investimentos em reflorestamento. Citando dados da McKinsey, Machado disse que a demanda por crédito de carbono no cenário global pode crescer 15 vezes até 2030 e cem vezes mais até 2050 no mercado voluntário. A estimativa é que saia de cerca de US\$ 1 bilhão em 2021 para US\$ 50 bilhões em 2030. "Um estudo do Ministério da Fazenda mostra que entre 2030 e 2040 o mercado pode ter impacto de 5,8% no **PIB** brasileiro, gerando 4 milhões de empregos.

Cerca de 20% das terras produtivas legais do Cerrado podem optar pelo mercado de carbono e não pela atividade poluente", diz.

DaviBontempo, gerente de meio ambiente da CNI, considerou positivo o texto aprovado, mas ressalta que ainda há um longo caminho de regulamentação, considerando as especificidades do Brasil. "Há desafios a serem encaminhados nos próximos meses... Quão participativo vai ser o setor industrial? Todos apoiamos, mas precisamos definir nossa participação, já que é o setor que será regulado", diz.

"Fórum Valor Mercado de Carbono no Brasil" discutiu cenário a partir da nova lei

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188071>

Relator propõe busca do centro da meta na LDO

Jéssica Sant"Ana e Caetano Tonet De Brasília

O senador Confúcio Moura (MDB-RO), relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, apresentou na noite de segunda-feira (16) seu parecer à proposta.

A expectativa é que o relatório seja votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) nesta terça-feira (17), sendo analisado pelo Congresso Nacional até quinta-feira (19).

Entre as mudanças em relação ao texto original apresentado pelo governo em abril, o parlamentar acatou emenda que obriga a equipe econômica a contingenciar recursos mirando o centro da meta de resultado primário na maior parte do ano. Em outra frente, ele propôs que deputados e senadores possam definir a ordem de execução de emendas e incorporou as regras do acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF) para aumentar a transparência dessas verbas.

Segundo o parecer, o governo terá que mirar o centro da meta fiscal até outubro de 2025 ao fazer os contingenciamentos de recursos necessários para atingir o déficit zero. A partir de novembro, estaria livre para mirar o limite inferior da banda de tolerância de resultado primário, que admite um déficit de até R\$ 30,97 bilhões em 2025.

O projeto da LDO enviado pelo governo ao Congresso previa que o contingenciamento seria feito ao longo de todo o ano de 2025 considerando o limite inferior da meta de primário. Foi a mesma regra adotada em 2024, o que gerou críticas de economistas, devido à redução do esforço fiscal ao longo da execução orçamentária.

O contingenciamento é um mecanismo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que obriga o governo a congelar recursos dos ministérios ou de emendas parlamentares para garantir o cumprimento da meta fiscal daquele ano. Antes do novo arcabouço fiscal, só havia um número para a meta.

Já em relação às emendas, o relatório apresentado permite ao governo suspender o pagamento das transferências especiais, as chamadas "emendas Pix", caso não sejam cumpridas as exigências para a liberação, como por exemplo, um plano de trabalho de

como o recurso será executado. Essa exigência consta na decisão do ministro do Flávio Dino, que determinou regras mais transparentes para as emendas parlamentares.

Além do plano de trabalho, há a necessidade de o congressista apontar as informações bancárias para onde encaminhará a verba. "O não cumprimento do disposto neste artigo acarretará a suspensão imediata das transferências até o momento em que estas sejam regularizadas", diz o parecer, que ainda prevê que o governo "poderá editar outras regras necessárias à operacionalização das emendas".

Outra mudança trazida no relatório é a previsão de que os próprios parlamentares indiquem a ordem de prioridade para execução da emenda. O relator justifica que a "mudança é decorrente do maior conhecimento que os parlamentares têm sobre as urgências e prioridades para execução das políticas públicas por eles propostas" em favor da população".

No caso das emendas de comissão, a ordem de prioridade será decidida pelos líderes partidários após deliberação junto as bancadas. O relatório também permite o bloqueio de emendas de comissão até a mesma proporção aplicada às despesas discricionárias do Executivo.

Apesar de seguirem as regras da decisão de Dino, as emendas de comissão, que na prática substituíram as de relator (RP9), conhecidas como orçamento secreto, continuarão com brecha para a manutenção da opacidade dos recursos.

O apontamento ficará a cargo do líder partidário após deliberação com a bancada, o que mantém a não identificação do real padrinho do dinheiro e empodera ainda mais as cúpulas do Congresso.

O relatório também trouxe sugestões de mudança sobre outros temas. O texto acolhe uma emenda para exigir que, no próximo ano, os valores de participação da União em fundos privados sejam registrados na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e no resultado primário do setor público consolidado.

A medida atinge o programa Pé de Meia, que fica à margem do Orçamento e do limite de gastos do arcabouço fiscal.

Confúcio também acatou duas sugestões do governo. Uma para mudar a forma de correção do Fundo Partidário em 2025. Pela regra prevista atualmente, além da correção pela **inflação**, o valor do fundo seria atualizado pela variação real da receita prevista no arcabouço, o que garantiria R\$ 1,329 bilhão em recursos no próximo ano. Agora, pela sugestão dada pelo governo e acatada pelo relator, o valor do Fundo Partidário será igual ao da Lei Orçamentária de 2023, corrigido pela mesma variação do arcabouço.

A nova regra deve diminuir os recursos do fundo, mas a estimativa não foi divulgada.

A segunda sugestão dada pelo governo e acolhida pelo relator é para permitir que as 17 estatais dependentes do Tesouro Nacional possam fechar "contratos de gestão" com os seus ministérios supervisores. Dessa forma, as receitas próprias dessas estatais vão sair do Orçamento Geral da União (OGU), o que também gera crítica de especialistas.

Por fim, o relator acatou uma emenda para retirar universidades federais do rol de despesas sujeitas ao contingenciamento e outra para proibir o bloqueio de restos a pagar do Ministério da Educação (MEC).

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188071>

Na renda fixa, BTG sugere o básico para 2025

Adriana Cotias

Ao traçar o cenário macroeconômico para 2025 e definir as suas principais recomendações de investimentos, no capítulo dedicado à renda fixa o BTG Pactual sugere o básico: títulos federais pós-fixados, as Letras Financeiras do Tesouro (LFT, ou Tesouro Selic), que acompanham o rumo da taxa básica de juros da economia. O pano de fundo são as incertezas em relação à trajetória do endividamento público, que alimentam as preocupações com a **inflação**.

No relatório "Onde investir 2025", o BTG faz o diagnóstico sobre o aumento das taxas que se observou em todos os vencimentos dos contratos de depósitos interfinanceiros (DI) nos últimos meses: a incerteza fiscal doméstica, as perspectivas de um novo ciclo de alta da Selic, com um Banco Central (BC) mais duro em meio ao desafio para atingir a meta de **inflação**, e, do lado externo, um maior gradualismo do Federal Reserve (Fed, o BC americano) no seu processo de corte de juros. A concretização da liderança republicana nas casas legislativas, com Donald Trump de volta à Casa Branca, completa um quadro que contribui para ampliar a atratividade do dólar.

Com a Selic hoje em 12,25% ao ano e com duas altas já sinalizadas de um ponto percentual nas duas primeiras reuniões de 2025, a equipe do BTG escreve que as "LFTs são bastante atrativas pelo ciclo de alta de juros em patamar bastante restritivo". Descontando-se a **inflação** projetada, o retorno real na casa dos 8% ao ano com o ativo é uma alternativa melhor do que os vencimentos mais curtos das Notas do Tesouro Nacional (NTN-B), segundo a instituição.

Os papéis com resgate em 2026, por exemplo, pagam 7% ao ano, além da correção pelo IPCA, e com uma volatilidade maior, de 4,5% nos últimos 12 meses.

Na parcela da carteira indexada à **inflação**, a recomendação são os prazos intermediários, como a NTN-B com vencimento em 2035, com "uma relação interessante entre risco e retorno, pois, além do carregamento do IPCA e da taxa de juros real já significativamente atrativa, uma potencial descompressão do cenário doméstico pode trazer importantes ganhos de capital nesta alocação", afirma

o BTG.

Na parte da carteira prefixada, a indicação é que a proporção seja significativamente menor do que aquela indexada à **inflação**, em papéis com prazo de exposição com vencimentos em 2026 e 2027. O atual nível da taxa futura embute um ciclo de alta da taxa Selic até 14% em meados de 2025 e menos de 100 pontos-base de redução até o fim de 2026.

"Apesar do cenário de elevado risco fiscal, entendemos que existem prêmios atrativos nesses vértices, compreendendo que o Banco Central antecipará um ciclo de corte de juros diante da atual precificação de mercado." No rol de recomendações para ativos de crédito, o BTG incluiu debêntures da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia, da Petro Rio Jaguar Petróleo, além de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) da Rede D"Or. As indicações de fundos líquidos também incluem nomes ligados à gestão de dívida corporativa, caso do Legacy Credit e o BTG Total Incentivado Infra. Na previdência, o BTG NTN-B 2035 Yield e o Empiricus Global Real Return.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

PL que limita reajuste do mínimo avança

O deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), relator do projeto de lei que trata da mudança na regra do salário mínimo e no BPC (Benefício de Prestação Continuada),

afirmou nesta segunda-feira (16) que avalia estar "consolidado" o apoio de parlamentares ao texto proposto pelo Executivo para limitar reajustes do mínimo. A proposta do governo, se aprovada, limitará o ganho real do salário mínimo à expansão

do arcabouço fiscal. O piso continua sendo corrigido pela **inflação** mais o **PIB** (Produto Interno Bruto) de dois anos antes, mas a variação real vai oscilar entre 0,6% e 2,5% ao ano. O projeto integrapacote de corte de gastos do governo federal.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3011#book/>

Educação financeira: o que esperar e como se planejar para 2025? (Artigo)

Thiago Savian, diretor comercial da Unifisa

Para 2025, a expectativa é que será um ano marcado por desafios e oportunidades tanto no aspecto financeiro como de mercado. Mas, ao mesmo tempo, a economia global pode apresentar algumas oscilações. De acordo com o Boletim da Focus, emitido pelo Banco Central, a taxa Selic terminará 2024 com o índice de 11,75%. Para 2025, a projeção do mercado financeiro é que ela chegue a marca de 11%. Para 2026 e 2027, a expectativa é chegar a 9,5% e 9%, respectivamente.

Agora, se considerarmos todas as modalidades financeiras existentes o consórcio é um dos investimentos mais seguros e sólidos do mercado, visto ter transpassado anos de crises, economia arrojada e até pandemias. Diferentemente do que muitos imaginam, esse sistema não só cresceu, como saltou de forma exponencial! Nos últimos três anos, o consumidor enxergou o consórcio não somente como uma ferramenta de aquisição, mas também como uma forma de investimento. E para 2025, o sistema se consolidará como uma alternativa de investimento viável para quem quer aumentar o seu patrimônio.

Mas quais serão as tendências para o próximo ano quando falamos desse tema? A expectativa é que as taxas de juros fiquem estáveis ou até mesmo tenham uma queda após os ciclos de alta nos últimos anos. Isso pode facilitar o crédito, mas ainda será importante evitar endividamento excessivo. Portanto, é necessário manter um planejamento financeiro robusto, aproveitando momentos de menor pressão inflacionária para investir e adquirir bens.

Nesse caso, o esperado é que a demanda por imóveis continue alta, especialmente em cidades médias e regiões com boa infraestrutura. Há uma expectativa de crescimento nos lançamentos imobiliários, tanto residenciais quanto comerciais e a valorização tende a se manter, tornando a compra de propriedades uma forma segura de investir e proteger o patrimônio contra a **inflação**.

De acordo com a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC), a partir de janeiro de 2022, quando o setor tinha 8,21 milhões de consorciados ativos até setembro de 2024 momento em que esse número chegou a marca de 11,07

milhões, o consórcio completou 33 meses consecutivos de crescimento constante, com um crescimento de 34,8%. Neste período, houve apenas uma retração em abril de 2023. No total de participantes ativos, a modalidade identificou um aumento em quatro setores: 24,4% nos imóveis; 8,3% nos veículos leves; 11,7% nos veículos pesados e também 11,7% em motocicletas.

Diante desses números, é possível afirmar que o consórcio é uma excelente alternativa para quem deseja adquirir bens sem pagar os altos juros de financiamentos tradicionais, já que é possível se planejar para assumir parcelas mensais acessíveis. Agora no caso do consórcio imobiliário, a melhor época para contratar esse serviço de forma inteligente é no início do ano para aproveitar os lançamentos e oportunidades de mercado.

Além disso, ele pode ser utilizado para proteger o patrimônio, investindo em bens muito valorizados. Isso pode ser uma estratégia para manter o poder de compra e aumentar o patrimônio líquido. Em momentos de instabilidade, ter um consórcio contemplado pode ser uma carta na manga, pois futuramente com a aquisição de um bem ou até a venda da carta de crédito isso pode gerar lucro para as pessoas.

Ao contrário do financiamento, o consórcio permite que os lances sejam personalizados e haja adaptação sobre as condições financeiras do momento. Isso é ideal para o ano que vem, quando as oscilações econômicas vão exigir mais flexibilidade na gestão financeira. Portanto, não deixe de levar em consideração essa modalidade para 2025 para fazer investimentos, adquirir bens, expandir negócios e proteger o patrimônio de forma planejada.

Site: <https://www.folhadelondrina.com.br/digital>